

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Petrobras e Eletrobras renegociam dívidas	3
Título: Votação de projeto do megaleilão fica para 2019	4
Título: Vale aposta em níquel para carros elétricos.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Noruega aumenta em quase 60% valor de ajuda ao Brasil para combater desmate ...	6
Autor: Julio Wiziack e Mariana Carneiro	6
Título: Guedes cogita desistir de mudar lei do pré-sal.....	6
Título: Eunício diz que vai derrubar mudança na Lei das Estatais	8
Título: Brasil sobe 10 posições em ranking de vulnerabilidade a desastres climáticos	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: 13º é novo argumento para aprovar partilha.....	11
Título: Para destravar megaleilão, Congresso quer benefício para Cemig e gasodutos.....	12
Título: Levy já negocia ampliar repasses do BNDES ao Tesouro.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: De olho nos carros elétricos, Vale investirá em mina de níquel.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Eunício trava 'jabuti' que libera político em estatal	16
Título: Aneel quer reduzir barreira de acesso para mercado livre	18
Título: Noruega amplia doação para preservar floresta amazônica	19
Título: Ex-EPE, Luiz Barroso assume presidência de consultoria	21
Título: Conta de luz no país tem 4ª maior carga tributária	23
Título: Usina em MT está pronta, mas represa fica sem água	23

Título: AES Tietê oferece R\$ 1,6 bi por parque eólico da Renova.....	26
Título: Índia vai tomar lugar do Japão no aço	28
Título: Vale define metas e fecha acordo com Glencore	30
Título: Petrobras pode ser obrigada a vender fatia em refinarias	33
Título: ANP avalia medidas após incêndio na RNEST, em PE	35
Título: Cosan está otimista com o país e prevê crescimento em 2019	36
Título: EUA cobram do Brasil fim da cota para etanol e abertura para trigo	38
Título: Ciclo promissor	39
Título: Privatizações devem fortalecer presença em infraestrutura	42
Título: Investimento direto no mercado chinês é pequeno.....	43
Título: Vendas da Vale para a Ásia têm crescimento constante.....	45
Título: Superávit comercial brasileiro deve atingir recorde neste ano.....	47
Título: Manufaturados compõem 98% das compras.....	49
Título: Energia e minério concentram aportes	49
Título: Reformas podem impulsionar investimentos.....	51

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/12/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Petrobras e Eletrobras renegociam dívidas**

A Petrobras fechou um novo acordo com a Eletrobras e sua subsidiária Amazonas Energia sobre dívidas referentes ao fornecimento de combustíveis. O acordo tem como principal objetivo facilitar o leilão da distribuidora de energia elétrica do Amazonas, marcado para o próximo dia 10. Foi prevista a recomposição de garantias e equacionamento de dívidas, revisão de contratos e a retirada pela Petrobras de uma ação na Justiça cobrando R\$ 3,7 bilhões em atraso.

Além disso, as dívidas da distribuidora serão transferidas para a Eletrobras GT, subsidiária da estatal de geração e transmissão. Eletrobras e Petrobras não revelaram o valor total das dívidas da distribuidora com a BR Distribuidora, mas fontes envolvidas no processo de privatização estimam que as dívidas totais das seis distribuidoras deficitárias da Eletrobras no Norte e Nordeste com a Petrobras chegaram a cerca de R\$19,7 bilhões.

Desse total, R\$ 13 bilhões são da Amazonas Energia. O acordo também estabelece regras para o fornecimento de gás para a geração de energia pela distribuidora na região amazônica. Foram acertados aditivos a instrumentos de confissão de dívida que haviam sido assinados antes, em contrapartida à extinção da ação judicial movida pela petroleira.

BOLSA EM QUEDA

Num movimento de aversão ao risco, as bolsas americanas despencaram ontem e o Ibovespa, índice de referência do mercado de ações brasileiro, acompanhou o movimento. Fechou em queda de 1,33%, aos 88.624 pontos, com volume financeiro de R\$ 15,2 bilhões. Pela manhã, o índice chegou a operar no patamar recorde de 90 mil pontos.

O dólar comercial interrompeu trajetória de queda e fechou em R\$ 3,85, alta de 0,44%. Houve influência do novo leilão de linha (venda de dólar com compromisso de recompra) pelo Banco Central, com oferta de US\$ 1 bilhão.

— A aversão ao risco aumentou (ontem) no mundo pelas dúvidas levantadas em torno da trégua comercial entre EUA e China. Ninguém sabe quanto tempo vai durar essa trégua — disse Pedro Galdi, operador da Mirae Asset.

(Colaborou João Sorima Neto)

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/12/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca E Amanda Almeida

Título: Votação de projeto do megaleilão fica para 2019

Relator da proposta que abre caminho para rodada de licitações de R\$ 100 bilhões diz que adiamento foi decidido entre governo e equipe de transição, que divergem sobre a divisão com estados e municípios

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator do projeto de lei que abre caminho para a realização de um megaleilão do petróleo do pré-sal, disse ontem que a votação da proposta deve ficar para 2019. Segundo ele, esse entendimento foi firmado entre o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

O problema é a falta de acordo sobre a partilha com estados e municípios de parte da arrecadação que será obtida com o leilão, estimada em cerca de R\$ 100 bilhões. Essa divisão foi prometida por Guedes a governadores há duas semanas. No entanto, Guardia é contra a medida porque o repasse dos recursos aos governos regionais impacta o teto de gastos da União.

Para dividir o dinheiro, o governo terá que cortar o orçamento de outras áreas. —Falei com Guardia e ele me disse que chegou a um entendimento com Guedes para deixar a votação para 2019 a fim de encontrar a melhor solução sobre a divisão dos recursos com estados e municípios —disse o senador.

PRESSÃO DOS ESTADOS

Os governadores pressionam o Senado a votar a proposta que permite a realização do leilão, mas querem que ela traga o compromisso de que eles vão receber uma fatia da arrecadação. —Não há problema com o projeto que está no Senado porque não há cláusula que trata da divisão dos recursos, mas os governadores não confiam que vão receber depois— disse uma fonte próxima à equipe econômica.

Governadores eleitos do Norte e do Nordeste foram ontem ao Congresso pedir a votação de propostas que ajudem a melhorar as finanças regionais. Segundo o governador reeleito do Piauí, Wellington Dias, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a pautar ainda esta semana os projetos que tratam da

securitização da dívida ativa e o que prevê o repasse de recursos do fundo social do pré-sal para estados e municípios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/12/2018

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti

Título: Vale aposta em níquel para carros elétricos

Mineradora decide reestruturar operação em metais básicos e manter unidade da Nova Caledônia. Companhia fecha acordo com a multinacional Glencore para reduzir custos e ampliar resultados em mina do Canadá

A Vale vai dar prioridade em 2019 para a reestruturação das atividades no segmento de metais básicos. A mineradora persegue a meta de chegar na frente na explosão de demanda por níquel que deve vir a reboque da produção de veículos elétricos globalmente, já que usam o insumo nas baterias. Pelos cálculos da Vale, o número de carros elétricos no mundo deve saltar de 1,8 milhão para 13,8 milhões em 2025.

Isso representaria demanda adicional de níquel superior a 500 mil toneladas. — As baterias para veículos elétricos são o impulsionador chave de demanda por níquel. Vamos fazer um grande investimento na operação de VCN (Vale Nova Caledônia, no arquipélago no Pacífico), com aporte de US\$ 500 milhões.

Vamos abastecer o mercado de baterias para veículos elétricos —disse Fabio Schvartsman, presidente da companhia durante o Vale Day 2018, apresentação para acionistas, na Bolsa de Nova York.

Outra frente vem do acordo fechado entre a Vale e a multinacional anglo-suíça Glencore para explorar a mina de Victor, em Sudbury, no Canadá. — O acordo com a Glencore tem o potencial de reduzir custos (na unidade canadense) em US\$ 140 milhões já em 2019 —disse Eduardo Bartolomeu, diretor executivo de Metais Básicos da Vale.

A meta é fazer a produção de níquel subir de 244 mil toneladas, em 2019, para 313 mil, a curto prazo, e para 400 mil toneladas, a médio prazo. No Brasil, a Vale vai investir US\$ 770 milhões na S11D, expansão do projeto de Carajás (PA), elevando a produção de 90 milhões para 100 milhões de toneladas a partir de 2022.

A Samarco, associação entre Vale e BHP para o rompimento de uma barragem em Mariana (MG), vai retomar atividades a partir de 2020. A Vale planeja investir US\$ 4,4 bilhões em 2019, passando para US\$ 4,5 bilhões por ano a partir de 2020. Sobre sua permanência no cargo, Schwartsman disse que há negociações para renovar seu contrato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Noruega aumenta em quase 60% valor de ajuda ao Brasil para combater desmate

A Noruega vai aumentar em 60% a doação de dinheiro para o Brasil após a queda no desmatamento registrada entre 2016 e 2017. No ano passado, o valor tinha sido reduzido quase à metade por conta dos dois anos sucessivos de aumento no desmate.

O país nórdico doará ao Fundo Amazônia 600 milhões de coroas norueguesas (R\$ 266 milhões). Em 2017 o valor recebido pelo governo brasileiro foi de R\$ 159 milhões. O Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, é destinado ao combate ao desmate e ao desenvolvimento sustentável. O valor doado varia de acordo com as taxas de desmatamento da floresta amazônica.

O fundo também recebe dinheiro da Alemanha e da Petrobras, mas a maior parte dos recursos vem da Noruega. No entanto, o governo norueguês já demonstra preocupação com as taxas de desmatamento do período entre 2017 e 2018, período no qual houve aumento de desmate.

Entre agosto de 2017 e julho de 2018, foram derrubados 7.900 km² de floresta. Segundo o país nórdico, as bases para o próximo pagamento só poderão ser confirmadas em 2019. O país afirma que as doações continuarão até 2020, conforme acordado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Mariana Carneiro

Título: Guedes cogita desistir de mudar lei do pré-sal

Brasília- A equipe do futuro ministro Paulo Guedes recuou e cogita desistir do projeto de lei da cessão onerosa, que prevê mudanças na exploração desses campos no pré-sal, hoje exclusividade da Petrobras.

A estatal obteve o direito de operar sozinha nesses campos em 2010 como forma de a União capitalizar a companhia. No entanto, descobriu-se que o volume de óleo era muito maior e, diante do aperto fiscal, a União quer agora realizar um megaleilão do excedente.

Para isso, precisa fechar acordo com a empresa. O projeto de lei daria mais segurança jurídica ao contrato, que, segundo as partes, está repleto de lacunas, abrindo espaço para interpretações divergentes.

Para viabilizar o desfecho dessa discussão, o futuro ministro da Economia havia proposto dividir os recursos do leilão com governadores, para facilitar a tramitação de pautas econômicas no Congresso, inclusive a da cessão onerosa.

A proposta de divisão dos recursos, porém, encontrou entraves técnicos, e o TCU (Tribunal de Contas da União) já informou à equipe de Guedes que o projeto de lei é desnecessário para a execução do leilão —cuja estimativa de arrecadação com bônus de outorga gira em torno de R\$ 100 bilhões.

Para o TCU e para parte dos integrantes da equipe de transição, a execução do leilão depende apenas da revisão do contrato entre Petrobras e União. Ou seja: é uma relação privada entre partes e, portanto, não há necessidade de trâmite legislativo.

Por isso, a equipe de Guedes aguarda apenas a publicação do acórdão do tribunal para realizar o megaleilão até julho.

Outra ala da equipe ainda acredita que será possível resolver o problema por meio do projeto de lei. Por enquanto, o grupo se dedica a rever as condições da revisão do contrato entre Petrobras e União.

Segundo pessoas que participam das conversas, Guedes se convenceu de que a repartição entre estados não foi uma boa ideia porque vai criar mais dificuldades para levar o megaleilão do pré-sal adiante.

Além dos entraves burocráticos para a aprovação da medida no Congresso, o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, mostrou para Guedes que, com a repartição, a União ficaria com menos de R\$ 40 bilhões, valor pequeno perto do déficit público, previsto em R\$ 130 bilhões neste ano.

Em reunião com Michel Temer na semana passada, Guardia e Guedes discutiram o assunto. Guardia afirmou que não assinaria um possível medida provisória que permitisse a repartição dos recursos com estados e municípios.

Para ele, não seria possível fazer essa repartição sem estourar o teto de gastos e, pior, sem exigir contrapartidas dos entes federativos.

Além dessas barreiras, os técnicos da equipe de Guedes também se incomodam com o projeto de lei, que, segundo eles, favorece demais a Petrobras sem que os cálculos tenham sido devidamente apresentados na transição.

Também divergem sobre o cálculo dos valores envolvidos. Hoje, há uma diferença de US\$ 17 bilhões que a Petrobras exige que seja paga e da qual o grupo de Guedes discorda.

Há ainda um entrave orçamentário para fechar a revisão contratual caso a Petrobras tenha de ser ressarcida: o pagamento pela União não está previsto no Orçamento de 2019. Como se trata de nova despesa, resultaria em ampliação nominal dos gastos, o que é vedado na regra do teto, que prevê que as despesas podem crescer no limite da inflação.

Uma das saídas estudadas seria editar uma medida provisória dizendo que o pagamento à Petrobras é um evento que não tinha sido considerado no momento em que a regra do teto foi aprovada. Por essa lógica, seria possível usar o preceito constitucional da imprevisibilidade para a edição de créditos extraordinários e pagar à estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho

Título: Eunício diz que vai derrubar mudança na Lei das Estatais

Brasília- O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), anunciou nesta terça-feira (4) que vai derrubar de ofício as alterações feitas pela Câmara em um projeto permitindo a nomeação de políticos em estatais sem o período de quarentena de 36 meses.

A possibilidade de nomeação de políticos e seus parentes foi incluída em projeto que regulamenta as agências como a Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica) e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

"A Lei das Estatais foi incorporada nesta matéria inadequadamente. Cabe à Mesa, de ofício, analisando o projeto, retirar", afirmou o presidente do Senado.

"No meu entendimento, a Lei das Estatais nada tem a ver com as agências", afirmou Eunício.

Desde 2016, a Lei das Estatais proíbe a nomeação de parentes de políticos e de caciques partidários para os conselhos de administração das estatais.

Por causa de destaque apresentado pelo PR, foram retirados da lei os trechos que proíbem que seja nomeada "pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral".

Além disso, a emenda retira a proibição de nomeação de parentes de até terceiro grau de políticos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Brasil sobe 10 posições em ranking de vulnerabilidade a desastres climáticos

Em 2017, país ficou em 79º lugar na lista; brasil é também o 18º que mais perde economicamente com as mudanças do clima

O Brasil subiu dez posições no ranking anual dos países mais vulneráveis a desastres climáticos, passando da 89ª posição em 2016 para a 79ª em 2017. O resultado foi apresentado nesta terça (4) na COP-24 do Clima pela organização alemã Germanwatch, que reúne dados climáticos e socioeconômicos de 181 países.

Embora esteja distante do topo dos que mais sofrem com o clima, o Brasil alcança a 18ª posição entre os que mais perdem economicamente com as mudanças climáticas. As perdas anuais passam de US\$ 1,7 bilhão (R\$ 6,4 bilhões) devido a eventos extremos como tempestades e inundações, na média dos últimos vinte anos.

Há duas interpretações sobre a subida da posição brasileira no ranking. O país sofreu mais com fortes tempestades e enchentes no ano passado. "Com as secas dos últimos anos no Brasil, o solo fica mais seco e menos permeável às águas das chuvas, o que pode ter aumentado as inundações em 2017", diz à

Folha o principal autor do estudo, David Eckstein. Por outro lado, a crise econômica pode ter afetado o poder de resposta do país a desastres climáticos, aumentando as perdas.

O ranking contabiliza os prejuízos diretamente causados por desastres climáticos —como tempestades, inundações, ciclones, furacões e ondas de calor— incluindo os números de mortes e as perdas econômicas, respectivamente comparados com o tamanho da população e o PIB cada país.

“Se ignorar os fatos, Brasil pode ficar mais vulnerável”, afirma Eckstein. “Embora os mais países pobres sofram mais por não terem condições de se preparar para os fenômenos e para se recuperar deles, países que ignoram as mudanças climáticas também podem ter altos prejuízos, como os Estados Unidos tiveram”.

Apenas os furacões que atingiram a costa leste do país em 2017 causaram um prejuízo recorde de U\$S 200 bilhões (R\$ 760 bilhões).

A situação pode ser mais grave para o Brasil do que o ranking sugere, segundo Eckstein. Ele diz que os países africanos e o Brasil estão sub-representados, pois o ranking só calcula perdas diretas e não inclui fenômenos como a seca, que implica prejuízos indiretos, como no abastecimento de água e na agricultura.

Para o climatologista do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e um dos colaboradores do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, Carlos Nobre, os extremos climáticos se acentuaram muito no Brasil nos últimos doze anos.

Ele contabiliza três secas que bateram recordes históricos na Amazônia nos anos de 2005, 2010 e 2015. A região também sofreu com inundações mais intensas em 2009 e 2012. Já o Nordeste, ainda segundo Nobre, viveu o pior ciclo de chuvas da História entre 2012 e 2017, desde que as medições se iniciaram, no final do século 19.

O Sudeste também viveu a pior seca do registro histórico em 2014. No mesmo período, Brasília também viveu sua seca mais grave, em 2016.

“A seca afeta a macroeconomia: o agronegócio, a segurança alimentar, o abastecimento hídrico e geração de energia elétrica”, lista Nobre. “Mas o que causa mais mortes é o excesso de chuvas, com deslizamentos de terra e inundações”. Esses desastres causam cerca de 145 mil mortes por ano no Brasil, segundo o ranking. No topo do ranking de 2017 estão Porto Rico, Sri Lanka e Dominica.

Os três países foram afetados pela temporada de furacões no oceano Atlântico. Dos 30 países mais vulneráveis a desastres em 2017, dez foram afetados por

ciclones tropicais, incluindo os EUA (12ª posição). No entanto, a maioria dos mais vulneráveis são considerados países em desenvolvimento.

Haiti, Filipinas e Paquistão são os países mais presentes no topo dos ranking anuais e também na média dos últimos vinte anos. O relatório menciona estudos recentes que apontam clara relação entre as mudanças climáticas causadas pelo aumento das emissões de gases estufa e os recordes na intensidade dos furacões de 2017.

Os estudos também sugerem que o número de ciclones tropicais severos deve crescer conforme o aumento da temperatura média global. Entre as sugestões de políticas que podem ser adotadas para lidar com os eventos extremos, o relatório traz o exemplo dos seguros regionais: um fundo criado por países em regiões vulneráveis já colhe contribuições de cada nação para casos de emergência.

Reunidos no fundo, os países do Caribe e da América Central providenciaram US\$ 19 bilhões para a ilha de Dominica apenas 14 dias após a ocorrência do furacão Maria. Na COP-24, negocia-se como operar compensações por perdas e danos e como financiar a adaptação aos efeitos das mudanças do clima nos países em desenvolvimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: 13º é novo argumento para aprovar partilha

Coluna do Estadão

Diante da polêmica que travou no Senado a votação da partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal, a área política do governo vai defender que o dinheiro pode ajudar Estados e municípios a pagar o 13.º dos servidores. "É uma solução técnica que estamos construindo", afirmou o líder Romero Jucá (MDB-RR). Pelo terceiro ano consecutivo, pelo menos 1,5 milhão de servidores estaduais correm o risco de não receber o benefício. Os governos de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte ainda não têm dinheiro.

» Nó cego. A queda de braço é travada com a equipe econômica, contrária à partilha dos recursos do leilão com Estados e municípios por entender que não farão nenhum tipo de ajuste para ter direito aos recursos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/12/2018****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA Adriana Fernandes****Título: Para destravar megaleilão, Congresso quer benefício para Cemig e gasodutos**

Disputa pelo pré-sal. Projeto que prevê divisão de recursos do leilão de petróleo entre Estados e municípios tem perdão de dívida para a estatal mineira de energia e financiamentos mais baratos para empresas que exploram serviço de gás no País

A disputa pelos mais de R\$ 100 bilhões que podem ser arrecadados com o megaleilão do pré-sal – ainda sem data para acontecer – só aumenta no Congresso Nacional. A partilha dos recursos está sendo usada como moeda de troca para que os parlamentares incluam outras benesses no projeto a contragosto do que defendem as equipes econômicas de Michel Temer e do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Na Câmara, o projeto que destina 30% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal a Estado e municípios foi usado como “barriga de aluguel” para permitir o perdão a uma dívida bilionária da Cemig, estatal mineira de energia, e financiamento barato para empresas que constroem gasodutos e exploram serviços de gás no País. Ontem, governadores do Norte e Nordeste foram ao Congresso para pressionar pela aprovação.

Deputados e senadores insistem na tramitação desse texto, que também é defendido pela área política do governo. Em paralelo, no Senado, tramita o projeto que destrava o leilão, ao estabelecer regras para a disputa. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, já acertou com o sucessor, Paulo Guedes, adiar para o ano que vem a votação do projeto que viabiliza o megaleilão de petróleo das áreas de cessão onerosa.

Contribuiu para o acordo a indicação do Tribunal de Contas da União de que não vai criar empecilho ao leilão caso o projeto não seja aprovado pelos parlamentares. A cessão onerosa foi um acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobrás que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris na Bacia de Santos (SP), sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões.

Em 2015, estudos mostraram que os campos cedidos tinham uma reserva muito superior ao volume estimado. É esse volume excedente que vai a leilão. Segundo apurou o Estadão/Broadcast com fontes no governo, no Congresso e

no setor privado, por trás da promessa de divisão de recursos da União estão interesses da bancada mineira e das empresas do setor de gás.

Pelas negociações de lideranças nas duas Casas, a votação desse projeto na Câmara faz parte de uma “operação casada” que envolve o projeto de lei no Senado. Aproveitando o interesse da União em realizar o leilão, os governadores também decidiram cobrar sua parte. O interesse é tamanho que o projeto de lei chegou à Câmara e já teve um pedido de urgência apresentado pelo deputado Afonso Florence (PT-BA) e assinado por vários parlamentares.

Isso significa que a proposta terá tramitação acelerada e poderá ser votada diretamente no Plenário da Casa, sem que seja preciso tramitar nas comissões temáticas, como é de praxe. A equipe de transição vê o projeto de lei com muita preocupação, pois ele prevê perdão de uma dívida potencial em favor da Cemig e desvia recursos que iriam para saúde e educação para o fundo de expansão de gasodutos, beneficiando poucas empresas.

Apesar do perdão, o Senado, onde o projeto teve origem, não fez uma estimativa de renúncia nem um cálculo da compensação, o que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e a emenda constitucional do teto de gastos, mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Destinar recursos do fundo para Estados e municípios também viola o teto e pode ameaçar o resultado primário de 2019. Por isso, a Fazenda não apoia a medida. “É uma troca perversa, que tira recursos da área social para subsidiar investimentos privados. Claro que a conta vai sobrar para o contribuinte e para o consumidor. É um grande equívoco”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Edvaldo Alves de Santana.

O governador do Ceará, Camilo Santana, disse que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a colocar em votação ainda nesta semana o projeto de lei. Os Ministérios da Fazenda e de **Minas e energia** não responderam. A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado não comentou. A Cemig não quis se pronunciar.

COLABOROU RENAN TRUFFI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini/ RIO Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Levy já negocia ampliar repasses do BNDES ao Tesouro

Futuro presidente do banco acredita que, no ano que vem, poderá devolver à União mais que os R\$ 26,6 bilhões previstos atualmente

O time de Paulo Guedes fará nesta quarta-feira a primeira reunião da equipe de transição com Joaquim Levy para debater o novo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na pauta do encontro em Brasília, estará o volume de recursos que o banco estatal se comprometerá a devolver à União nos próximos anos.

A equipe econômica de Jair Bolsonaro deseja que a transferência de recursos do BNDES ao Tesouro fique no ano que vem acima dos R\$ 26,6 bilhões atualmente previstos. Segundo uma fonte que participa das conversas, o time de Guedes está contando com esse reforço em suas projeções de redução da dívida pública. E técnicos do banco já sinalizaram à equipe que há espaço para um desembolso maior já em 2019, segundo uma fonte do BNDES.

Como mostrou o Estado, dados do Tesouro indicam que as devoluções já feitas e as acertadas com o BNDES para os próximos anos vão permitir uma redução de 9 pontos percentuais da dívida bruta até 2027. O objetivo de Guedes e seus auxiliares é acelerar os repasses, aprofundando esse corte. Levy, que deixará o Banco Mundial para assumir o comando do BNDES, comunga dessa visão.

A interlocutores, Levy tem reforçado que suas principais metas à frente do BNDES serão o incentivo a projetos de infraestrutura e o enxugamento do banco, que terá menos recursos e mais foco. Em sua visão, diminuir a exposição do BNDES ao Tesouro serve tanto ao propósito de dar nova missão ao banco quanto ao objetivo de garantir que a União tenha recursos para manter os benefícios sociais.

Como ministro da Fazenda de Dilma, Levy deu as diretrizes para a mudança na política do banco estatal, restringindo subsídios do Tesouro a setores empresariais. Esse movimento manteve-se durante o governo Michel Temer, com a aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP), que pôs fim a taxas subsidiadas em empréstimos, e a devolução antecipada de recursos para a União – desde 2016, já foram R\$ 310 bilhões.

Há expectativa entre integrantes da equipe econômica que Levy sinalize ainda possíveis nomes para a diretoria do banco. O combinado com Guedes é que terá autonomia para selecionar seu time no BNDES. Cálculos. A equipe econômica de Bolsonaro conta com o dinheiro do BNDES para conter a dívida especialmente enquanto o dinheiro das privatizações não tiver entrado no caixa.

Guedes prometeu um programa ambicioso de venda de ativos estatais, mas ele e seu time sabem que o processo de venda pode levar mais tempo do que o

esperado. De um lado, Bolsonaro resiste ao intento de se desfazer de todas as empresas – o presidente eleito já vetou a venda da Petrobrás, de boa parte da Eletrobrás e do Banco do Brasil, por exemplo.

De outro lado, há os eventuais atrasos decorrentes da atuação de órgãos de controle. Por isso, a futura equipe econômica traça planos alternativos para reforçar a entrada de dinheiro no caixa do Tesouro e conter a dívida. Esse mesmo exercício tem sido feito nas simulações de como eliminar o déficit fiscal, uma promessa feita por Guedes e Bolsonaro na campanha presidencial.

O grupo considera essencial obter os recursos do megaleilão do pré-sal, que pode arrecadar mais de R\$ 100 bilhões. A equipe tem mapeado ainda outras possíveis fontes de receitas extraordinárias que possam entrar na conta do resultado primário.

O grupo mira especialmente nas concessões de infraestrutura cujas modelagens já estão em estágio avançado no governo Michel Temer, e em leilões de telecomunicações, como o do 5G.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/12/2018

Seção: Economia

Autor: Ricardo Leopoldo CORRESPONDENTE / NOVA YORK

Título: De olho nos carros elétricos, Vale investirá em mina de níquel

Mineradora decidiu assumir sozinha aporte de US\$ 500 milhões em empreendimento na Nova Caledônia

De olho na expectativa global para revolução dos carros elétricos pelo mundo, a Vale planeja investir sozinha US\$ 500 milhões em sua mina de níquel, em Nova Caledônia. Maior produtora global do metal – componente fundamental para a maioria dos tipos de baterias de íons de lítio –, a companhia havia estudado anteriormente encontrar um parceiro para o empreendimento, conhecido como VNC.

O anúncio foi feito pelo presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, na Bolsa de Nova York, onde a empresa realizou um evento de aproximação com investidores. Ele destacou que será necessária a construção de uma barragem para depositar rejeitos de mineração. O aporte será feito entre 2019 e 2022.

O diretor-executivo de metais básicos, Eduardo Bartolomeu, afirmou que a reestruturação das operações com níquel tem como pilares a integração da

cadeia de oferta da commodity, a excelência das atividades no setor pela empresa e a transformação digital.

Perspectivas.

O diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani Pires, afirmou que a companhia deve investir US\$ 4,4 bilhões em 2019, um processo de aplicação de recursos moderado devido aos fortes desembolsos que a companhia tem feito nos últimos anos. O valor total representa aumento de quase 19% em relação aos US\$ 3,7 bilhões investidos neste ano pela mineradora.

Em sua apresentação, Schvartsman afirmou não ver “o preço do minério de ferro abaixo de US\$ 50 por tonelada”, devido às condições de demanda e oferta do produto. E revelou ainda que está negociando para continuar no cargo. O período de permanência de dois anos do executivo à frente da direção da empresa se encerra em abril de 2019.

Caso ocorra a renovação, ele deve seguir na presidência da companhia até abril de 2021. A empresa também pretende aumentar a remuneração aos acionistas, já que a necessidade de investimentos não será tão grande.

Nos últimos 5 anos, os aportes atingiram US\$ 20 bilhões – sendo que US\$ 14,3 bilhões foram destinados ao complexo de produção de minério de ferro S11D, em Carajás. As ações ordinárias da companhia encerram em queda com queda de 1,89%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Eunício trava 'jabuti' que libera político em estatal

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), anunciou ontem em plenário que vai barrar a emenda que liberaria novamente as nomeações de políticos e parentes para cargos em empresas estatais. A mudança havia sido inserida pela Câmara no projeto que trata das agências reguladoras.

O mecanismo está sendo avaliado pela equipe técnica da Casa. A princípio, a ideia é retirar de ofício a alteração, considerando que a mudança está sendo feita por meio de um projeto (o das agências) que em nada se relaciona com a Lei das Estatais - ou seja, trata-se de "matéria estranha" ao objeto original em

discussão. Este entendimento já foi aplicado para retirar "jabutis" de medidas provisórias, por exemplo.

Caso a retirada de ofício não seja possível, Eunício, que é o autor original da proposta das agências reguladoras, apresentará uma emenda supressiva à alteração que libera as nomeações políticas e usará sua força como presidente para emplacar a mudança. Por fim, se perceber que há disposição dos demais senadores em apoiar a alteração feita pela Câmara, Eunício garante que não vai botar a matéria em votação - que ficaria então para a próxima legislatura.

"Se não for possível retirar de ofício, apresentarei emenda supressiva. Além do mais, se eu sentir dificuldade dessa mudança no plenário, poderei não pautar a matéria, porque afinal a pauta ainda é do presidente e o regimento me dá essa condição", afirmou o senador do MDB.

Eunício afirmou que, caso os parlamentares queiram de fato mudar a Lei das Estatais e liberar a classe política para assumir cargos, precisam encarar o debate. "É legítimo que a Câmara queira modificar a Lei das Estatais. Mas não acho que se possa fazer uma emenda em uma matéria totalmente divergente do que está sendo discutido na proposta das agências. Eu já tirei, de ofício, matérias estranhas de várias MPs."

Apesar de polêmica, a mudança interessava a boa parte dos atuais senadores. Com uma renovação de 85% das 54 cadeiras que estavam em disputa no Senado neste ano, a pressão dos futuros "desempregados" pela liberação de indicações políticas nas estatais era forte, principalmente sobre dois dos possíveis candidatos a presidente do Senado em 2019: Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Simone Tebet (MDB-MS). Tasso foi o relator da Lei das Estatais, e Tebet, do projeto das agências reguladoras em sua primeira tramitação no Senado.

Inicialmente, o PL 6621/16, conhecido como "projeto das agências", tratava de estabelecer regras de gestão de agências reguladoras, responsáveis por regular e fiscalizar atividades econômicas como mineração e energia elétrica. O texto, aprovado pelo Senado em 2016, seguia a mesma linha da Lei de Responsabilidade das Estatais: proibia que quem exerceu cargos em campanhas política ou de direção partidária nos últimos 36 meses assumisse cargo comissionado. A Câmara também alterou esse trecho.

Ontem, o **Valor** mostrou que entidades do mercado se mobilizaram pela manutenção da trava a indicações políticas. Como a proposta das agências reguladoras tem origem no Senado, cabe à Casa a palavra final sobre a matéria, antes da sanção presidencial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Aneel quer reduzir barreira de acesso para mercado livre**

Às vésperas da troca de governo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está recomendando formalmente uma redução na barreira de entrada ao mercado livre. Em ofício ao **Ministério de Minas e Energia**, a diretoria colegiada da agência aconselha diminuir para 2 megawatts (MW) a demanda mínima para que empresas deixem de comprar eletricidade obrigatoriamente das distribuidoras onde se situam e possam escolher livremente os seus fornecedores.

Hoje o mercado livre só pode ser acessado plenamente por grandes consumidores de energia, principalmente indústrias e pesos-pesados do comércio (como shopping centers e hipermercados), com demanda acima de 3 MW. No ofício, a Aneel informa que uma redução para 2 MW poderia beneficiar 1.197 de unidades consumidoras, com demanda total de 874 MW médios.

De acordo com simulações da Aneel, às quais o **Valor** teve acesso, essa mudança pode trazer ganhos de competitividade às empresas, mas sem impacto tarifário relevante para os consumidores cativos (das distribuidoras).

Na hipótese de um PLD médio de R\$ 200 por megawatt-hora e GSF igual a 85%, a agência estima que uma migração de 100 MW médios para o mercado livre teria custo anual de R\$ 22 milhões a ser repassado para os demais consumidores do mercado regulado. O reflexo para as contas de luz seria, em média, de 0,01375% - pouco mais ou pouco menos, dependendo da distribuidora.

PLD é o preço de liquidação de diferenças, usado como referência no mercado à vista ou "spot". GSF é a sigla em inglês para o fator de geração hídrica, ou seja, se as usinas hidrelétricas estão gerando toda a energia que efetivamente se comprometeram a entregar.

"A abertura gradual do mercado livre é uma tendência que possibilitará a valorização das decisões individuais do consumidor", diz o diretor-geral da Aneel, André Pepitone. "É uma escolha que implica maior protagonismo, porém maiores responsabilidades."

Ele e o **ministro Moreira Franco** participam hoje, em São Paulo de um seminário internacional sobre comercialização de energia elétrica. À plateia de agentes do setor, Moreira pretende dizer que a redução na barreira de entrada ao mercado livre, com base nos estudos técnicos da agência, é uma medida ainda para este mês.

"Queremos uma energia limpa, abundante e a preços justos", afirma o ministro, prometendo uma decisão no atual governo. A equipe de transição já foi informada da iniciativa e não teria manifestado qualquer desaprovação. Para concretizar a mudança, não é necessário medida provisória ou projeto de lei. Bastaria decreto presidencial ou, segundo análise jurídica em reta final, talvez até mesmo portaria do ministério.

Caso efetivada, seria a primeira mudança no funcionamento do mercado livre de energia desde 2006, quando a Aneel regulamentou a figura dos consumidores especiais. Nesse caso, empresas com demanda entre 0,5 MW e 3 MW têm liberdade de escolha, mas desde que contratem das chamadas fontes "incentivadas" - usinas eólicas, solares, de biomassa ou pequenas hidrelétricas.

No ofício ao ministro, a Aneel cita dois ganhos paralelos para os consumidores especiais. Aqueles com demanda entre 2 MW e 3 MW, mas que hoje comprem necessariamente dessas fontes, poderão contratar de qualquer fornecedor a partir de agora. Com isso, mais energia "incentivada" fica disponível para os consumidores entre 0,5 MW e 2 MW. "O aumento da competitividade poderá ocorrer inclusive no eventual mercado especial remanescente, podendo-se inferir que parte da energia especial comercializada com consumidores com carga superior a 2 MW passaria a ser comercializada com consumidores com patamares menores de carga", diz trecho do ofício.

Um aspecto curioso do documento é que ele está sendo firmado por quatro integrantes da diretoria colegiada da agência, não só pelo diretor-geral, como costumava ocorrer na maioria das ocasiões. Somente a nova diretora, Elisa Bastos, não assina o ofício. Ela toma posse no dia 11.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti e Felipe Frisch | De São Paulo

Título: Noruega amplia doação para preservar floresta amazônica

O governo da Noruega anunciou ontem a doação de US\$ 70 milhões para o Fundo Amazônia. Desde 2008, o fundo apoia projetos que reduzem o desmatamento e incentivam o uso sustentável dos recursos da região.

Em 2017 os noruegueses doaram US\$ 41,8 milhões. O aumento do valor deve-se à redução de 12% no desmatamento na taxa de 2017 (período entre agosto de 2016 e julho de 2017), em relação ao ano anterior.

A contribuição anual norueguesa para o Fundo Amazônia é calculada diante da redução no desmatamento que o Brasil consiga alcançar em relação a uma base de referência - uma média histórica de dez anos, ajustada a cada cinco anos. "É um pagamento por performance", explica Jair Schmitt, diretor do departamento de florestas e combate ao desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

A linha de base atual está em 8.143 km². A Noruega - e em menor medida a Alemanha e a Petrobras - recompensa o esforço do Brasil em conter o desmatamento abaixo da taxa. Mesmo com o alto nível do desmate do período 2016-2017 (de 6.947 km²), o valor ainda está abaixo da referência.

Quanto mais o Brasil reduz o desmatamento, maior o aporte de recursos. O país é soberano em decidir quais projetos na Amazônia quer apoiar. O fundo, administrado pelo BNDES, é referência no mundo. Todos os países com floresta tropical gostariam de ter este desenho, que parte de um sistema de monitoramento acurado feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Desde o início do apoio da Noruega, o Brasil evitou a emissão de mais de 4,5 bilhões de toneladas de CO₂ por meio da redução do desmatamento. Ola Elvestuen, ministro de Clima e Meio Ambiente norueguês, diz que o Brasil conseguiu bons resultados na última década. "É encorajador que o Brasil tenha conseguido reduzir o desmatamento na Amazônia no ano passado, apesar de estar numa situação econômica desafiadora", afirmou Elvestuen.

O governo norueguês, no entanto, em seu comunicado sobre a doação, lembrou que, "enquanto o Brasil pode demonstrar redução do desmatamento em 2017, os números preliminares indicam que a extração de madeira aumentou no ano de 2018".

Os maiores doadores do Fundo Amazônia citam estimativa divulgada há poucos dias pelo Inpe, informando que o desmatamento na Amazônia brasileira teria sido de 7.900 km² em 2018. Isso corresponde a um aumento de 13,7% em relação ao período anterior. "Os números ainda são preliminares, mas o possível aumento dá motivos para preocupação tanto no Brasil quanto na Noruega", diz o país nórdico.

"Estamos ansiosos para conversar com o novo governo sobre os planos futuros do Brasil e nossa cooperação bilateral. Esperamos e acreditamos que o Brasil continuará a mostrar ao mundo que é possível reduzir o desmatamento e, ao mesmo tempo, aumentar a produção agrícola de maneira sustentável", diz o comunicado da Noruega. "É muito positivo que as empresas brasileiras, e especialmente o agronegócio, estejam contribuindo cada vez mais para os esforços contra o desmatamento na Amazônia", segue a nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Ex-EPE, Luiz Barroso assume presidência de consultoria

O ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Luiz Barroso assumiu ontem a presidência da consultoria PSR, na qual passou 18 anos antes de se desligar para trabalhar na estatal, em 2016. De volta ao setor privado, Barroso aponta que o mercado de energia em transição tecnológica exige que o governo acelere as reformas em curso, com prioridade à privatização da Eletrobras, à solução do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) e à reforma do modelo setorial, cujo modelo defendido pelo especialista ficou conhecido como Consulta Pública (CP) 33.

"A hidrologia melhorou e deu tranquilidade para que se possa trabalhar. Mas isso não significa que o trabalho tem que ter uma intensidade reduzida. Reformas estruturais são importantes", disse Barroso ao **Valor**. "Eu destacaria o projeto de lei do senador Tasso Jereissati que incorporou a CP 33, talvez seja a maior referência do aperfeiçoamento do modelo que é necessário", completou, se referindo ao PLS 232/2016, que teve o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no fim de novembro e trata, entre outras questões, da redução dos limites para que consumidores possam migrar para o mercado livre de energia.

Barroso espera contribuir, agora no setor privado, com o andamento dessas discussões. "A necessidade de transformação do setor elétrico é urgente, vai caber ao novo governo ditar o ritmo das transformações que devem ser feitas. Temos que reconhecer que mudar o Brasil não é fácil, o processo vai demandar muita articulação, diálogo e interação entre os agentes, grupo da qual a PSR está feliz em fazer parte e poder ajudar", disse.

O fundador e atual presidente da PSR, Mario Veiga, passará a ser diretor-chefe de inovação da consultoria, liderando o desenvolvimento de soluções analíticas

avançadas para os desafios da transição energética e para o consumidor do futuro, cada vez mais protagonista - e conhecido pelo jargão "prossumidor".

Barroso vai se juntar aos diretores Rafael Kelman, Raphael Chabar e Bernardo Bezerra, todos atuantes na consultoria há mais de 15 anos, para liderar a equipe de engenheiros, matemáticos, economistas e físicos nesse desafio.

"Esse é um movimento de sucessão na PSR e também para aumentar a escala das atividades no exterior, de onde já vem 65% do faturamento da empresa", disse Barroso. Segundo ele, o mercado global de consultoria energética tem um potencial de US\$ 15 bilhões, e o de softwares de gestão de energia envolve US\$ 35 bilhões. "São mercados que a PSR pode disputar, são áreas fortes da empresa."

A PSR também tem como objetivo crescer as atividades em novas áreas, como assessoria estratégica para empresas, reestruturação de novos modelos do negócio de geração, transmissão e distribuição de energia por causa da entrada de novas tecnologias digitais, e consultoria na chamada área "energética", que inclui petróleo, gás natural e biocombustíveis.

"O movimento é para que a PSR se posicione como melhor consultoria analítica e de apoio estratégico. Queremos dar um salto grande, contribuindo também para o aperfeiçoamento regulatório de países, como o Brasil", disse o ex-presidente da EPE.

Hoje, a PSR já tem atuação forte na América Latina e na Ásia. A empresa olha para o mercado dos Estados Unidos, com foco na costa Oeste, que reúne hidrelétricas e renováveis, e também a Europa.

"No Brasil, a ideia é que possamos crescer com base nas necessidades de reformas e do papel de novos atores, como o novo consumidor, que vai ter maior liberdade com as mudanças tecnológicas. Isso já está trazendo complexidade para o ambiente de negócios, que cria uma janela de oportunidade para serviços de alto valor agregado ao cliente final", disse Barroso.

Nesse sentido, Barroso espera que a PSR seja um ator ainda mais importante no apoio às mudanças que forem propostas, para ajudar o país a ter um conjunto de medidas possíveis. "Mesmo se nenhuma reforma andar, luz, a princípio, todos terão. Mas a sociedade não pode ter o setor elétrico que merece porque a tarifa está cada vez em níveis mais estratosféricos", ponderou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Conta de luz no país tem 4ª maior carga tributária**

A carga tributária média cobrada nas contas de luz está em 41,2%, segundo pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A tarifa ainda é formada por 33,3% da compra de energia, 18,8% do serviço de distribuição e 6,7% do custo de transmissão.

De acordo com o levantamento, a carga tributária do setor elétrico brasileiro é a quarta maior entre 33 países pesquisados. O Brasil fica atrás apenas de Dinamarca (64%), Alemanha (55%) e Portugal (52%). A entidade destaca que o peso da tributação no país é duas vezes maior que o registrado no México.

O cálculo da carga tributária do setor inclui impostos estadual (ICMS), federal (PIS/Cofins) e encargos setoriais, que acomodam o conjunto de subsídios pagos pelos consumidores de energia elétrica.

O presidente da Abradee, Nelson Leite, diz que, descontados os tributos, o Brasil perderia dez posições no ranking internacional de tarifas mais caras, de 16ª para 26ª posição. Ele considera que a tarifa de energia, sem tributos, pode ser "competitiva" na comparação com outros países.

No ano passado, a tarifa média residencial estava em R\$ 470 por megawatt-hora (MWh). A indústria atendida pelas distribuidoras contava com tarifa média de R\$ 412/MWh.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Usina em MT está pronta, mas represa fica sem água**

A usina hidrelétrica de Sinop (MT), no rio Teles Pires, vive uma situação insólita. Depois de quase cinco anos de obras, ela está praticamente pronta. Já foram investidos R\$ 2,9 bilhões e o projeto atingiu a marca de 99,8% de execução física. A área do futuro reservatório foi desmatada, como mandam as boas

práticas ambientais, e só falta enchê-lo para atender à demanda por energia de 1,6 milhão de consumidores.

Na reta final do empreendimento, contudo, nada tem saído do lugar. A licença ambiental de operação, pré-requisito para o enchimento da represa, foi pedida à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) em 18 de janeiro. Até hoje não houve resposta.

O plano da concessionária Sinop Energia, controlada pela EDF Norte Fluminense, era começar a inundação de uma área de 330 quilômetros quadrados em setembro. Isso permitiria aproveitar a abertura da temporada de chuvas e os meses em que o rio Teles Pires fica mais caudaloso.

Notícia ruim para o empreendedor: o início do fornecimento de energia pela usina hidrelétrica estava previsto para o último sábado. Sem água para mover suas duas turbinas, com 402 megawatts de capacidade instalada, o plano caiu por terra. Para cumprir com suas obrigações contratuais de suprimento para 34 distribuidoras, a concessionária precisa ir ao mercado "spot" e repor todo esse montante, pagando mais caro pela energia que não está conseguindo entregar.

Notícia ainda pior: se a licença de operação não sair até janeiro, a vazão do rio começa a ficar tão baixa que será preciso aguardar a próxima estação chuvosa para o enchimento do lago. A "janela hidrológica" estaria definitivamente perdida e o atraso na geração de energia chegaria a um ano.

Para o diretor da multinacional francesa EDF no Brasil, Yann des Longchamps, esse tipo de situação cria um ambiente de desconfiança entre investidores no setor. "Gera insegurança muito grande e desestimula novos investimentos, pelo menos em hidrelétricas", afirma o executivo.

Sem resposta para a licença pedida em janeiro, concessionária pode perder "janela hidrológica" deste ano

O Ministério Público Federal (MPF) entrou na Justiça com uma ação civil pública em que pede para suspender a licença de instalação do empreendimento. Um dos pontos contestados pelos procuradores é o valor das indenizações às famílias que terão suas propriedades inundadas. O MPF sustenta que laudos do Incra estipularam um valor do hectare até 300% maior do que o realmente pago.

Enquanto isso, promotores do Ministério Público Estadual (MPE) instauraram inquérito para apurar supostos danos ambientais causados pelas obras da usina e contestaram o montante definido como compensação.

Longchamps acredita que essas iniciativas do MPF e do MPE causam desconforto, medo até, nos agentes públicos responsáveis pelo licenciamento. Como eles ficam expostos a processos judiciais mais adiante, segundo raciocina o executivo francês, tendem a assumir uma postura excessivamente cautelosa ao fazer suas análises e assinar documentos.

Para os promotores, a empresa deveria ter cortado 100% da vegetação na área do reservatório. Já o empreendedor argumenta que a supressão de 30% das árvores na represa, além de atender às condicionantes do licenciamento, têm fundamentação técnica. Tirar mais do que isso, alega a Sinop Energia, comprometeria a oxigenação do futuro lago e dificultaria a sobrevivência dos peixes.

Procurada pelo **Valor**, a secretaria responsável pelo licenciamento ambiental no Mato Grosso disse que busca conciliar a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do Estado em seus trabalhos. "A finalização do processo para emissão da licença de operação será feita mediante critérios utilizados até aqui, ou seja: estritamente técnicos e científicos, por meio de pareceres e análises elaborados pelos analistas de meio ambiente da pasta", informou a Sema, por sua assessoria.

Ainda de acordo com a secretaria, não está correto supor que o aval ao enchimento do lago deveria ter saído seis meses após o pedido feito pela concessionária, em janeiro. "O prazo de 180 dias está previsto na resolução Conama 01/86. Lembramos que um processo de licenciamento é dinâmico e, à medida que novas demandas, dúvidas e solicitações surgem. Esse prazo é interrompido, especialmente em casos como da UHE Sinop, em que está em análise um projeto complexo e que acarreta grandes impactos ambientais.

Além da EDF Norte Fluminense, com 51%, são sócias do empreendimento a Eletronorte e a Chesf - cada uma detém 24,5%. Longchamps elogia a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Mas, certo de que 100% das condicionantes foram cumpridas ou estão com o atendimento em dia, diz não entender as razões na demora para o enchimento do reservatório. Se a licença não sair até janeiro, serão "centenas de milhões de reais" em prejuízo, afirma. Ele pretende pedir reconhecimento da Aneel - chamado de "excludente de responsabilidade" no jargão do mercado - de que o atraso na geração de energia não foi culpa da concessionária.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: AES Tietê oferece R\$ 1,6 bi por parque eólico da Renova**

A AES Tietê deu mais um passo na diversificação de seu portfólio de geração ao fazer uma oferta vinculante pelo complexo eólico Alto Sertão III, da Renova Energia, apurou o **Valor** com fontes próximas da situação. A proposta avalia o ativo em cerca de R\$ 1,6 bilhão, sendo pouco mais de R\$ 1 bilhão em assunção de dívidas e cerca de R\$ 250 milhões em pagamentos aos fornecedores. A Renova, por sua vez, deve embolsar cerca de R\$ 350 milhões, montante suficiente para quitar dívidas e reorganizar a companhia.

A Renova, controlada pela Cemig, vinha negociando com três investidores a venda do ativo, mas essa foi a única proposta recebida. Além da AES Tietê, também tinham participado da negociação as empresas Rio Energy e Aliança Energia, mas as conversas não avançaram pois ambas queriam exclusividade, e a Renova decidiu se manter aberta à propostas para evitar o problema que aconteceu quando a Brookfield desistiu de comprar o ativo, em maio. Na época, a gestora canadense tinha oferecido R\$ 650 milhões pelo complexo.

A conclusão do negócio depende do aval do conselho de administração da Renova, diretamente sob influencia da Cemig. O receio entre investidores é que a estatal mineira tenha "excesso de cautela" e adie a assinatura do acordo de venda devido à mudança do governo de Minas Gerais.

Para a AES Tietê, a aquisição fará sentido pois a companhia vai poder estabelecer um grande polo de energia eólica na região de Caetité, na Bahia, onde a geradora já tem o complexo Alto Sertão II, adquirido da Renova no início do ano passado, com 386 MW de potência.

No total, Alto Sertão III terá 400 MW, mas as obras estão paralisadas desde 2016, por falta de recursos. Para concluir a construção do complexo eólico, a AES Tietê terá que desembolsar de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões, levando o total do negócio a quase R\$ 2 bilhões.

Um dos motivos do baixo desembolso é a dívida de Alto Sertão III que precisará ser assumida pela compradora. Apenas o empréstimo-ponte com o BNDES, cujo prazo de vencimento é janeiro, somava R\$ 950 milhões ao fim do terceiro trimestre. A dívida financeira bruta do projeto somava R\$ 978,8 milhões ao fim

de setembro, e o passivo com fornecedores e contas a pagar somava R\$ 259,9 milhões.

Atualmente, a Renova tem o objetivo de concluir a primeira fase do projeto, de 159 megawatts (MW). Em agosto, a companhia disse que essa etapa exigiria cerca de R\$ 80 milhões.

Há ainda problemas nas negociações com fornecedores, como uma discussão contratual com a GE, fornecedora das turbinas, sobre garantia de performance e disponibilidade do parque.

O atraso nas obras é motivo de problema para a companhia, que precisa comprar energia no mercado livre para cumprir os contratos que não conseguiu postergar. No terceiro trimestre do ano, a despesa com compra de energia somou R\$ 220,2 milhões.

Caso a Renova aceite a oferta, passará a ter um único ativo de geração, a Brasil PCH, que opera 192,2 MW. Além disso, seguirá buscando oportunidades para desenvolver seu portfólio de 6 GW de projetos renováveis. Os recursos que vão entrar ajudarão no pagamento das dívidas da holding, não atreladas ao ativo eólico. Devem restar ainda dívidas com a Cemig e a Light. Ao fim de setembro, a Renova tinha passivos com partes relacionadas de R\$ 753,5 milhões.

A AES Tietê, por sua vez, ficará mais próxima de atingir a meta de diversificação de sua geração de caixa. A companhia tem como objetivo que 50% do seu resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) seja de fontes não hídricas até 2020. Até o momento, a companhia conseguiu cumprir cerca de um terço dessa meta. Além dos 386 MW de eólica em operação, a companhia tem cerca de 300 MW em projetos da fonte solar com contratos de longo prazo, sendo que grande parte já está em operação.

O endividamento da geradora, contudo, pode ser um problema. Em setembro, a AES Tietê tinha uma dívida líquida de R\$ 2,87 bilhões. A alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda já estava em 3 vezes.

O **Valor** não conseguiu contatar a Renova. Procurada, a AES Tietê disse que não comenta rumores de mercado. **(Colaborou Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Índia vai tomar lugar do Japão no aço**

Segunda maior nação do mundo em população, a Índia caminha para virar o ano como o país nº 2 na produção mundial de aço, tomando uma posição de longa data do Japão. Ficarà atrás apenas da China, que é líder absoluta, com quase metade do volume produzido globalmente.

A siderurgia indiana deve encerrar 2018 com volume na casa de 106 milhões de toneladas, enquanto os japoneses devem registrar novo recuo e terminar o ano com 104 milhões de toneladas. No acumulado de dez meses, até outubro, a Índia alcançou 88,4 milhões de toneladas - o Japão, 87,2 milhões de toneladas.

Em cinco anos, os indianos ganharam duas posições no ranking mundial. Em 2014, estava na quarta posição, atrás de EUA, Japão e China. No ano seguinte, ultrapassou os americanos. A oferta indiana vem crescendo a taxas anuais consistentes - ao menos 5%, conforme dados da Worldsteel, entidade que levanta números mensais de 64 países produtores.

De 2010 para 2017, o consumo interno de aço acabado indiano passou 65 milhões para 88,7 milhões de toneladas

Em 2005, as usinas de aço locais faziam 45,8 milhões de toneladas. Esse volume saltou para 68,3 milhões cinco anos depois. E o país ainda apresenta um baixo consumo per capita de aço, bem inferior aos 101 quilos do Brasil e ainda muito longe da China, 545, só para ficar em países emergentes.

A título de comparação, em 2005 o setor fazia no Brasil 31,6 milhões de toneladas. Desde então, o máximo que alcançou foi 35,2 milhões de toneladas, volume que deve se repetir neste ano. Com voos de galinha na economia, o consumo per capita brasileiro de aço não sai do lugar.

Voltando à Índia, na avaliação de Germano Mendes de Paula, professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, e especialista do setor, a produção do país é voltada principalmente para o mercado doméstico. De 2010 a 2017, as exportações líquidas de produtos siderúrgicos somaram apenas 1,3 milhão de toneladas, equivalente a 0,18% da sua produção de laminados. Mesmo em 2017, quando o volume líquido atingiu 7,5 milhões de toneladas, representou 6,2%.

Já o consumo de aço acabado subiu de 65 milhões de toneladas para 88,7 milhões de 2010 a 2017, crescimento anual médio de 4,6%. No mesmo período, o consumo per capita avançou a um ritmo anual médio de 3,3%.

Enquanto isso, observa Mendes de Paula, a siderurgia japonesa encontra-se numa situação de estagnação, tanto em produção de aço bruto (108 milhões de toneladas em 2010 para 105 milhões de toneladas em 2017) como em consumo per capita de laminados (495 quilos por habitante e 505 quilos, respectivamente), "Cabe lembrar que a população japonesa já se encontra numa trajetória negativa", diz o especialista.

Ele aponta ainda o elevado grau de concentração do setor no Japão, capitaneado por duas gigantes: Nippon Steel e JFE Steel. As duas têm vários investimentos no exterior (principalmente em laminações), incluindo a Índia.

A Índia vem investindo pesado, com planejamento de governo. "Apesar das substanciais dificuldades para a construção de novas usinas de grande porte, o fato é que a capacidade instalada da siderurgia indiana aumentou de 78 milhões de toneladas em 2010 para 125 milhões de toneladas em 2017, de acordo com OCDE [Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico]", afirma o acadêmico.

Ele informa que o Ministério do Aço da Índia publicou a "Política Nacional do Aço 2017" em maio daquele ano. No documento, o governo estima que a capacidade instalada crescerá 22 milhões de toneladas até 2021, 89 milhões de 2021 a 2026 e 64 milhões entre 2026 e 2031, atingindo 300 milhões de toneladas em 2031.

"Embora se possa fazer algumas considerações críticas quanto à meta, se de fato é factível, é razoável assumir que a capacidade instalada da siderurgia indiana continuará aumentando a taxas consideráveis nos próximos anos", diz.

O seto indiano vive um momento de consolidação de ativos. Algumas siderúrgicas faliram e vêm sendo absorvidas por outras, como a Tata Steel, que comprou a Bhushan Steel. A JSW Steel arrematou 88% da Monnet Ispat e a Vedanta Resources ingressou nesse mercado ao assumir o controle acionário da Electrosteel Steels. Além desses casos, a Essar Steel, apta a fazer 10 milhões de toneladas, está em processo de venda. A ArcelorMittal - em associação com Nippon Steel - é considerada a mais provável compradora.

"Este processo de consolidação tende a contemplar outras transações, de tal forma que 2018, e eventualmente 2019, serão lembrados como os anos da grande transformação patrimonial da siderurgia indiana", afirma Mendes de Paula.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | De Nova York****Título: Vale define metas e fecha acordo com Glencore**

A Vale vai dar especial atenção a três frentes principais nos próximos anos: reestruturação do negócio de metais básicos, aprimoramento do que já faz na área de minério de ferro e remunerar os acionistas de forma agressiva. Essas foram as principais mensagens da mineradora no encontro anual com investidores ontem, na Bolsa de Nova York (NYSE).

A mudança conduzida na área de metais, associada à expectativa de recuperação nos preços do níquel, deve fazer com que a Vale gere US\$ 3,9 bilhões de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) adicional até 2023. Ontem a Vale anunciou acordo com a Glencore, no Canadá, para operação conjunta de uma mina de cobre e níquel.

No minério de ferro, o ganho incremental de Ebitda é estimado em US\$ 2,7 bilhões no mesmo período de cinco anos. Ao mesmo tempo, a empresa vai reforçar seu compromisso na forma como aloca capital, o que vai gerar fluxo de caixa livre entre US\$ 8 bilhões e US\$ 12 bilhões por ano que será transformado, em sua maioria, em pagamento de dividendos ou programas de recompra de ações.

"Essas são as mensagens que eu gostaria que as pessoas entendessem do Vale Day", disse ao **Valor** o presidente da Vale, Fabio Schvartsman. Ele desembarcou em Nova York domingo após passar o fim de semana no Canadá visitando as operações da empresa naquele país. Desde que assumiu a Vale há um ano e meio, Schvartsman vem perseguindo uma profunda mudança na área de metais da companhia. Analistas entendem que a reestruturação é complexa, mas que a empresa está no caminho certo.

Houve substituições nos cargos executivos da mineradora no Canadá, onde estão as principais operações de metais da companhia. Como resultado dessa reestruturação, a Vale espera que a área de metais responda por 25% do Ebitda da empresa em 2023, dez pontos percentuais a mais do que os 15% de participação deste segmento de negócios nos resultados da companhia em 2018. Analistas de bancos projetam, em média, Ebitda de US\$ 16,7 bilhões para a Vale como um todo em 2018 e a expectativa da empresa é que o número chegue a US\$ 25 bilhões em 2023.

Nos metais, o acordo com a Glencore permite a operação conjunta de um corpo mineral em Sudbury, província de Ontário, que possui reservas de cobre, com níquel associado. É um corpo mineral único que está na divisa das concessões das duas companhias. O corpo mineral da Vale chama-se Victor e o da Glencore, Nickel Rim South. Se não houvesse acordo para a exploração conjunta, teria de se deixar uma faixa intocada na divisa entre as duas concessões, o que inviabilizaria a operação, disse Schvartsman. Quando entrar em operação, Victor vai produzir 30 mil toneladas de cobre e 11 mil toneladas de níquel por ano, com vida útil estimada de 19 anos.

Schvartsman disse que o acordo representa a nova visão da Vale, de buscar o máximo de valor para o acionista. Perguntado se chegou a se cogitar joint venture com Glencore, Schvartsman afirmou: "Um passo de cada vez. Foi tão difícil chegar ao acordo para exploração conjunta, então não dava nem para sequer cogitar fazer algo maior. A grande notícia é que fizemos o primeiro acordo relevante com a Glencore." Ele não quis fazer qualquer previsão se esse acordo - um memorando de entendimento - poderia ser o primeiro passo para uma parceria maior entre as empresas na área de metais. "Não dá mesmo para dizer. Existe uma mudança de postura da Vale e tudo que for produzir mais valor para a companhia vai ser perseguido."

O fato de o acordo ter sido feito em Sudbury, complexo mineral polimetálico onde a Vale tem cinco minas, diz muito sobre a importância que essa região mineradora voltou a ter para a brasileira. Sudbury é formada por minas subterrâneas, algumas com mais de três quilômetros de profundidade, sendo que a mais antiga tem 110 anos. A complexidade da operação fez com que há alguns anos se tomasse a decisão de explorar em outras regiões, deixando Sudbury de lado. Hoje a decisão é considerada equivocada. "Sudbury é metade do resultado de metais básicos [da Vale]", disse. Na mudança em curso, optou-se por priorizar a área. "Não se trata de fazer expansões, mas de investir em automação, em processos mais eficientes."

Outra decisão importante, anunciada no Vale Day, foi continuar com a operação de níquel da Vale Nova Caledônia (VNC). É, individualmente, a maior mina de níquel da Vale junto com de Voisey's Bay, no Canadá. A decisão foi tomada por dois motivos, segundo Schvartsman: primeiro porque a nova gestão da área de metais se comprometeu com a reestruturação da operação e, em segundo lugar, porque a Vale acredita que a "revolução" do carro elétrico será realidade, então não faria sentido fechar essa operação, uma mina com capacidade de produzir 50 mil toneladas de níquel por ano.

Ao tomar a decisão, a Vale abandonou a ideia de buscar sócio minoritário para a operação e agora vai bancar sozinha investimentos de US\$ 500 milhões para construir, em três anos, uma nova barragem de rejeitos para a VNC, que vai

garantir a operação da mina a longo prazo. No cobre, a Vale anunciou uma série de novos projetos que vão aumentar a produção desse metal até 2021 - que sairá de 420 mil toneladas por ano em 2019 para 500 mil toneladas em 2023. Essa expansão vai permitir à empresa ganhos adicionais de US\$ 310 milhões de Ebitda no período.

No minério de ferro, a Vale anunciou um conjunto de operações de porte médio que têm o objetivo de reforçar a posição da empresa como produtora de alta qualidade. À medida que a Vale desenvolver todos os projetos em carteira, a produção "premium" sairá dos atuais 81% para 95%, em 2022. Um dos projetos é a expansão em 10 milhões de toneladas na capacidade do S11D, na Serra Sul de Carajás. Essa expansão fará com que a produção em Carajás alcance 240 milhões de toneladas por ano, ante as 230 milhões de toneladas atuais. A expansão do S11D envolve também infraestrutura logística e a previsão é que a nova capacidade esteja disponível em 2022.

A Vale também vai aumentar em 20 milhões de toneladas a produção de pellet feed, produto usado na produção de pelotas, no sistema sudeste, em Minas Gerais. Outras iniciativas são a expansão em 10 milhões de toneladas da capacidade de blendagem (mistura) na Malásia e o aumento em cerca de 2 milhões de toneladas na produção de pelotas em Omã, no Oriente Médio. Todos os novos projetos - em metais e ferrosos - foram aprovados pelo conselho de administração em novembro.

Schvartsman mostrou-se otimista ainda com as perspectivas para os preços do minério de ferro em 2019, os quais devem situar-se, segundo ele, entre US\$ 60 e US\$ 80 por tonelada. Essa perspectiva se mantém apesar da queda recente dos preços - na segunda-feira, o minério com 62% de teor de ferro situava-se na faixa de US\$ 66.

Para Schvartsman, porém, a queda no preço obedeceu a questões sazonais da China, o principal mercado. O conflito comercial Estados Unidos-China também pesou para o comportamento dos preços, segundo o executivo, mas os sinais recentes dos dois países podem atenuar o contencioso, o que parece ter acalmado um pouco o mercado. Schvartsman espera que Estados Unidos e China cheguem a um acordo nas disputas comerciais. Ele também mostrou-se otimista com o novo governo no Brasil: "A esperança se renova sempre que há um novo governo."

O repórter viajou a convite da Vale

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Murillo Camarotto | De Brasília****Título: Petrobras pode ser obrigada a vender fatia em refinarias**

O plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) analisa na tarde de hoje a abertura de um processo contra a Petrobras que pode resultar na venda compulsória de ativos da estatal na área de refino. A proposta será levada aos conselheiros pelo presidente do Cade, Alexandre Barreto.

Ele apresentará os resultados de um estudo elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos do Cade e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). O relatório, ao qual o **Valor** teve acesso, conclui que a Petrobras se aproveita do monopólio que exerce na atividade de refino para influenciar a formação de preços dos combustíveis no mercado interno. Procurada, a empresa não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

Caso o processo vá adiante, a estatal pode ser obrigada a reduzir sua participação no setor de refino de petróleo, que hoje é próxima de 100%. Uma sanção semelhante foi aplicada pelo órgão antitruste em 2014, quando empresas do setor de cimento foram forçadas a vender parte de seus ativos. Na ocasião, contudo, a prática punida foi a de cartel.

Dados da ANP mostram que as 17 refinarias instaladas no país processaram 2,4 milhões de barris de petróleo no ano passado, operando com 76,2% da capacidade. As 13 refinarias da Petrobras representam 98,2% da capacidade total, ficando o restante com quatro unidades privadas: Manguinhos (RJ), Riograndense (RS), Univen (SP) e Dax Oil (BA).

De acordo com o relatório do Cade, a concentração de mercado, por si só, não é necessariamente um problema, muito menos um ato ilícito. Ocorre que a Petrobras estaria se aproveitando dessa condição e adotando práticas predatórias como, por exemplo, a derrubada artificial dos preços do refino em regiões onde há importação de combustível.

Esses cortes de preço, segundo a análise, seriam compensados com reajustes nas áreas onde a importação é menos relevante.

"Com efeito, a ANP já compreendeu que há um monopólio de fato no setor de refino no Brasil. Entendeu também que a ausência de efetiva concorrência gera desequilíbrio no mercado passível de intervenção", diz o estudo.

Uma sanção semelhante foi aplicada pelo órgão antitruste em 2014, contra empresas do setor de cimento

A Petrobras chegou a anunciar, em abril deste ano, a decisão de criar parcerias na área de refino, por meio da venda de até 60% das ações em refinarias localizadas nas regiões Nordeste e Sul. A iniciativa, entretanto, foi engavetada após decisão cautelar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a decisão, a estatal não poderia se desfazer dos ativos sem anuência do Congresso Nacional. A direção da Petrobras informou à época que analisaria medidas cabíveis visando a retomada das parcerias no ramo.

Questionada pelo Cade, a Petrobras informou que, a seu juízo, já conta com autorização legislativa para o seu programa de desinvestimentos, aval que teria sido dado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em acórdão proferido em março deste ano.

Na visão do Cade, entretanto, essa alternativa também não resolveria o problema da concentração na área de refino. Isso porque a Petrobras continuaria com o monopólio na região Sudeste e com participação acionária relevante nas unidades instaladas nas regiões Nordeste e Sul.

"Se a intenção na venda dos referidos ativos é a criação de um ambiente concorrencial vigoroso, entende-se oportuna a sugestão de que se faça uma venda de ativos por completo, sem que reste um resquício de participação societária passiva em tais clusters (Nordeste e Sul)", diz o relatório, que será entregue à equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Cade e ANP lembram que a preocupação "explícita" com o setor de refino é compartilhada por outras autoridades governamentais, citando como exemplo o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que já deu declarações em defesa da abertura do setor.

O estudo pediu manifestações dos atores privados do segmento, que também criticaram o monopólio. A Refinaria Riograndense, que tem a Petrobras entre os sócios, disse que a concentração dificulta a competição, restringe investimentos e inibe a entrada de novas empresas no mercado.

A Daxoil ficou incomodada com o questionamento do Cade, alegando que não dispõe de recursos humanos "para trabalhar para o governo sem agregar nada ao resultado". Mesmo assim, após protestar, a empresa defendeu que "todas as refinarias da Petrobras sejam privatizadas para diferentes grupos empresariais".

Manguinhos, que está em recuperação judicial, também reclamou do poder da Petrobras no setor de distribuição, e alegou que, no caso do refino, a única saída é o fim do monopólio, "onde tenhamos um mercado que funcione com diferentes 'players' atuando livremente em suas regiões e capazes de desenvolver seus negócios de forma sustentável".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: ANP avalia medidas após incêndio na RNEST, em PE

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai analisar as medidas que serão adotadas com relação ao incêndio ocorrido ontem na Refinaria Abreu e Lima (RNEST), da Petrobras, em Pernambuco. A autarquia informou não prever impactos no abastecimento de combustíveis.

O incêndio ocorrido na manhã de ontem atingiu uma torre da unidade de coqueamento retardado da refinaria. Segundo a Petrobras, apenas essa unidade teve a operação paralisada. Ainda não há estimativa para o retorno da operação. "As demais unidades da RNEST continuam operando normalmente", informou a Petrobras.

De acordo com o coordenador do Sindicato dos Petroleiros em Pernambuco e Paraíba (Sindipetro PE/PB), Rogério Almeida, a refinaria deve retomar à operação plena em uma semana. A RNEST tem capacidade de processamento de 230 mil barris diários de petróleo.

A Petrobras também criou uma comissão de investigação para avaliar as causas do acidente e o prazo para retorno da unidade de coqueamento retardado. O Sindipetro PE/PB reivindicou um assento na comissão para a entidade.

Ontem o dirigente sindical realizou uma avaliação das condições de trabalho e da segurança dos trabalhadores na refinaria. Segundo ele, dias antes do incêndio, já havia sido registrado um incidente em uma bomba da refinaria. Ele atribuiu o incêndio à redução de 20% do efetivo da operação, realizada há cerca de um ano, além da diminuição da equipe de manutenção.

"A gente vem alertando para o que vem acontecendo nas refinarias, com relação à redução do efetivo, tanto da operação quanto da manutenção preventiva", afirmou Almeida.

O incidente na RNEST ocorre há pouco mais de três meses de uma explosão seguida de incêndio na refinaria de Paulínia (Replan), a maior do país, em São Paulo. Com relação à Replan, a Petrobras iniciou os procedimentos para a retomada de operação da unidade de craqueamento catalítico em 21 de novembro, após a desinterdição da ANP. Segundo a petroleira, a unidade encontra-se em operação normal e com produção de derivados de petróleo.

Já a unidade de destilação da Replan deve voltar a operar em janeiro de 2019. "Com isso, a refinaria retomará sua capacidade nominal de produção", informou a estatal.

A Replan possui capacidade de processamento de 434 mil barris diários de petróleo, cerca de 20% da capacidade de refino do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Cosan está otimista com o país e prevê crescimento em 2019

O grupo Cosan está "muito otimista" quanto às perspectivas para a economia brasileira em 2019, com previsão de crescimento dos negócios em todos os segmentos em que atua - energia e logística - em maior ou menor ritmo. "A perspectiva é muito positiva para o próximo ano, já havendo passado as eleições e com o PIB crescendo. O ambiente é melhor", disse a analistas e investidores o presidente da holding Cosan Limited, Marcos Lutz, cuja receita líquida proforma em 2017 foi de R\$ 55 bilhões.

Na Raízen, joint venture com a Shell, a expectativa é de continuidade da retomada da demanda de combustíveis, e de redução de custos e aumento de eficiência no segmento de açúcar e etanol, preparando a Raízen Energia para um crescimento mais forte no futuro. O petróleo, observou Lutz, será ainda por muitos anos a principal fonte de energia do país para mobilidade. O processo de eletrificação de automóveis ainda não traz preocupação para o braço de distribuição de combustíveis.

Já a Rumo, concessionária de ferrovias e terminais portuários, está criando capacidade para avançar no transporte de cargas. A greve dos caminhoneiros em maio mostrou que há espaço para a ferrovia crescer. "Estamos criando capacidade na Rumo para o plano de crescimento", afirmou Lutz. A Rumo busca aprovação do Tribunal de Contas da União para prorrogar antecipadamente por mais 30 anos a concessão da Malha Paulista, uma das mais importantes da

companhia, que integra o corredor Rondonópolis (MT) - Santos (SP). Em troca, se compromete a investir R\$ 4,7 bilhões para expandir a oferta de transporte anual de 30 milhões para 75 milhões de toneladas.

Em relação à Moove, de lubrificantes, Lutz afirmou que se trata de um negócio menor dentro do grupo, mas que tem tudo para crescer em participação de mercado. No exterior, a Moove comercializa produtos Mobil na Bolívia, no Uruguai, no Paraguai, na Argentina e na Espanha. Com a marca Comma, está presente em mais de 40 países da Europa e da Ásia.

Também a Comgás, de distribuição de gás natural, tem potencial de crescimento grande. E a empresa vem entregando resultados nessa direção, acrescentou.

Questionado sobre um possível interesse da Cosan em refinarias no Brasil, Lutz afirmou que, no momento, operações dessa natureza não estão na estratégia da companhia. Conforme o executivo, pelo fato de a Cosan ser uma empresa relevante no mercado de distribuição de combustíveis, o refino afeta seus negócios e, portanto, a companhia vai acompanhar o processo de venda de participação da Petrobras em refinarias.

"Se classificamos isso como uma grande oportunidade? Não. Vamos olhar, mas não estamos muito entusiasmados. Não temos refinaria em nossa estratégia de Brasil neste momento", acrescentou.

Em relação à estratégia de alocação de capital da holding Cosan Limited, o comando da companhia disse que a prioridade é a recompra de ações. "O topo das prioridades é recomprar ações, que acreditamos estar em bases bastante atrativas", disse o diretor financeiro e de relações com investidores, Marcelo Martins.

Conforme o executivo, o caso mais claro de oportunidade de recompra, neste momento, é o da própria holding, a exemplo da operação de US\$ 100 milhões que já está em curso.

De acordo com Martins, a reorganização societária anunciada pelo grupo em outubro - e cancelada após repercussão negativa junto aos investidores - tinha por objetivo dar liquidez aos acionistas da Cosan Logística.

Há um mês e meio, a Cosan S.A. informou que iniciaria estudos para uma potencial incorporação da Cosan Log, que colocaria a Cosan S.A. como controladora direta da Rumo, mantendo a Limited no controle indireto. "No momento do anúncio, ainda não sabíamos qual seria o formato da reestruturação. Como não tínhamos isso e o mercado não pôde entender o que seria, decidimos cancelar e mandar a mensagem de que não faremos uma

reorganização que não seja bem-vinda pelo mercado", disse Martins. "Quando tivermos um sinal positivo sobre como será, voltaremos ao mercado", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: EUA cobram do Brasil fim da cota para etanol e abertura para trigo

Os EUA voltaram a pressionar para que o Brasil elimine a cota de importação de etanol, por um lado, e, por outro, para que o país implemente uma cota para o trigo, de forma a ampliar o acesso de seus produtores ao mercado brasileiro. Washington sabe que, a esta altura, o governo Temer está arrumando as malas. Mas, visivelmente, espera que suas demandas sejam atendidas de maneira acelerada pelo governo de Jair Bolsonaro, publicamente mais afinado com a gestão Trump.

Em agosto de 2017, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) estabeleceu que as importações brasileiras de etanol sem tarifa seriam limitadas a 600 milhões de litros por ano, por 24 meses. Acima desse volume, passou a vigorar uma alíquota de 20%. Com isso, o Brasil deixou de ser o maior mercado para o etanol americano no exterior. Antes, o país chegou a ser o destino de mais de 30% das vendas dos EUA. O **Valor** apurou que, em encontro bilateral realizado em Genebra, a delegação americana cobrou do Brasil que a cota de importação de etanol seja logo eliminada ou, pelo menos, que não seja renovada pela Camex em julho.

Com relação ao trigo, a queixa americana é que o Brasil continua a desrespeitar um compromisso assumido na Organização Mundial do Comércio (OMC) de criar uma cota de importação de 750 mil toneladas livre de tarifa. Houve discussões bilaterais sobre o assunto nos últimos dois anos, quando Washington aumentou a pressão. O Ministério da Agricultura brasileiro chegou a mudar de posição e aceitar a criação do limite quantitativo sem alíquota. Mas o Itamaraty bloqueou o acordo, por considerar que ia provocar irritações na Argentina, tradicional fornecedora do cereal ao Brasil. Agora, os americanos jogam as fichas no próximo governo em Brasília.

Os EUA também voltaram a mencionar o Programa de Escoamento da Produção (PEP), subsídio ao frete concedido para escoamento da produção. Mas, desta vez, os americanos pareceram menos incisivos, já que foram informados que nos últimos tempos o apoio foi concedido somente para o arroz, e não ao milho.

Por outro lado, os EUA já responderam questionamentos do Brasil e de outros exportadores agrícolas, nas últimas semanas, em comitês da OMC, sobre o pacote de US\$ 12 bilhões anunciado para ajudar seus agricultores atingidos por retaliações de parceiros. O governo Trump não dá o menor sinal de que vá recuar na concessão da ajuda, mesmo se houver acordo com os chineses para suspender a guerra comercial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Suplemento - Brasil - China

Autor: Gleise de Castro | Para o Valor, de São Paulo

Título: Ciclo promissor

Principal parceiro comercial do Brasil, responsável por quase metade do superávit brasileiro obtido entre janeiro e outubro - uma fatia de US\$ 23,4 bilhões - e grande investidor no país, a China pode ter papel relevante na recuperação da economia brasileira e na superação de gargalos de infraestrutura, cuja modernização demanda aportes de 4% do PIB pelos próximos 25 anos, conforme projeção da consultoria Oliver Wyman.

Mesmo com a trégua na área comercial entre Estados Unidos e o país asiático - firmada no fim de semana, na Argentina, entre os presidentes dos Donald Trump e Xi Jinping -, as relações sino-brasileiras entraram em nova fase, projetando ganhos de uma parceria nascida 44 anos atrás. Trump se comprometeu a não elevar tarifas sobre US\$ 200 bilhões em importações da China a partir de 1º de janeiro e, em troca, a China se comprometeu a reduzir ou eliminar tarifas de 40% incidentes em carros produzidos nos Estados Unidos e exportados ao país asiático.

Para extrair maiores vantagens dessa cooperação, o Brasil precisa primeiro definir o que quer da China, aprofundar o diálogo com governo e empresas chineses e distanciar-se das disputas comerciais que envolvam o país asiático. A avaliação é de especialistas e representantes chineses, reunidos na Conferência Brasil-China: Propostas para o Futuro, promovida em São Paulo, na sexta-feira passada, pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), com apoio do **Valor**, ApexBrasil e Santander.

"O Brasil exporta o que a China precisa - alimentos, minérios e energia [petróleo] -, é rico nesses recursos e fornecedor confiável", disse o embaixador aposentado José Alfredo Graça Lima, ex-subsecretário para Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior do Itamaraty e conselheiro do Cebri.

O problema está no estado precário da infraestrutura brasileira, que afeta o escoamento da soja e outras commodities e aumenta o custo logístico, outra frente que pode se beneficiar de maior presença dos chineses. "É outro casamento entre necessidades, do Brasil, que precisa melhorar sua infraestrutura, e da China, que precisa baratear os custos dos produtos que importa", afirmou Graça Lima.

Para o embaixador chinês no Brasil, Li Jinzhang, a cooperação sino-brasileira passa por transformação e modernização. "Nossa parceria entra em nova fase, que envolve toda a cadeia produtiva, com maior valor agregado e maior teor tecnológico", disse.

Como prova dessa evolução, Jinzhang mencionou o comércio bilateral, que passou de US\$ 74,8 bilhões em 2017 para cerca de US\$ 100 bilhões neste ano, e o estoque de investimento chinês no Brasil, que alcançou US\$ 54 bilhões.

"Somos economicamente muito complementares, nossa relação é muito proveitosa para os dois países. Por que mudar isso?", questionou o embaixador. Durante a campanha eleitoral, o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), defendeu a restrição de investimentos chineses no país.

"A retomada do crescimento depende do aumento de aportes em infraestrutura", disse José Pio Borges, presidente do conselho curador do Cebri. O Brasil investe nessa área o correspondente a 1% do PIB, percentual que deveria ser multiplicado por quatro, acrescenta Borges, um total em torno de US\$ 40 bilhões. "Serão necessárias outras fontes de recursos, além do BNDES, como bancos e empresas chinesas."

Outra possibilidade são investimentos em petróleo e gás, em parceria com Petrobras e Shell. As chinesas CNPC e CNOOC já mantêm parceria com as duas empresas para a exploração de blocos de petróleo no país. Para atender a demanda chinesa e indiana, diz Borges, o Brasil pode aumentar a produção de 2,6 milhões para 6 milhões de barris/dia. Para isso, precisará investir US\$ 500 bilhões, estima a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A estratégia de crescimento da China e seu modelo de internacionalização também vivem nova fase, abrindo mais oportunidades para o Brasil. Em vez de acumular superávits comerciais com muitos países, os chineses buscam agora o equilíbrio, com aumento das importações para atender à elevação do padrão de vida e de consumo da população, um total de 1,4 bilhão de pessoas. "O Brasil precisa estar preparado para isso", disse o embaixador Roberto Jaguaribe, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Para Jaguaribe, é preciso chegar ao mercado chinês de produtos acabados. O país exporta principalmente soja e, mais recentemente, carnes e outros produtos para a China, mas não tem marcas conhecidas do consumidor chinês. "Será necessário algum tipo de investimento adicional brasileiro na China para processamento e distribuição de produtos, particularmente o café."

Outro ponto que precisa ser resolvido são os contenciosos sobre carne de frango e açúcar brasileiros. Por considerar que o frango brasileiro concorre de forma desleal com produtores chineses, a China impôs, em junho, medidas antidumping sobre importações do produto brasileiro. O Brasil é o maior exportador mundial de frango e responsável por mais da metade das importações chinesas do produto.

No caso do açúcar, o governo brasileiro acionou a China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro, contra barreiras tarifárias sobre a importação do produto brasileiro. O processo deve demorar, já que o governo Donald Trump tem vetado a escolha de novos membros para o organismo, para substituir os juízes que saem quando vencem seus mandatos, emperrando o funcionamento do órgão.

O ex-embaixador Rubens Ricupero, coordenador do Cebri em São Paulo, considera o episódio uma prova de que a agenda americana não só não coincide com a brasileira, como muitas vezes é contrária aos interesses do país e encampar a pauta americana contra a China seria um "gravíssimo erro". "Não há nenhuma incompatibilidade em ter uma relação saudável e profunda com a China e a melhor relação possível com os Estados Unidos, desde que não compremos uma agenda que não é nossa", disse.

Sediado em Xangai, o New Development Bank (NDB), conhecido como Banco dos Brics, é outra fonte de recursos para investimento em infraestrutura no Brasil. Criado em 2014, tendo como sócios-fundadores os cinco países do grupo dos Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, o banco deve aprovar, em 2019, projetos brasileiros no valor de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões, prevê Sarquis J. B. Sarquis, vice-presidente do NDB para Estratégia, Pesquisa Econômica e Gestão de Risco. "O objetivo é permitir o financiamento de projetos de longo prazo", disse Sarquis. O banco já liberou US\$ 621 milhões para projetos de infraestrutura no Brasil, 48% no segmento de energia renovável.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Suplemento - Brasil - China****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Privatizações devem fortalecer presença em infraestrutura**

O ciclo de privatizações e concessões que União e governos estaduais deverão lançar nos próximos meses abre oportunidades para as empresas chinesas aumentarem sua presença no setor de infraestrutura brasileiro. Os chineses também começam a analisar mais projetos "greenfield" diante da demanda do Brasil na área. Essa nova fase poderá acontecer com presença mais firme do mercado de capitais diante da crise fiscal e da nova postura do BNDES, que deve reduzir o financiamento aos projetos.

A gigante chinesa CCCC adquiriu há dois anos a Concremat, criando sua plataforma de negócios na América do Sul, de olho em oportunidades na área de transportes. A empresa está construindo um Terminal de Uso Privativo em São Luís (MA). Será o primeiro investimento no setor portuário brasileiro e se trata de um projeto "greenfield". A obra abrange uma área de dois milhões de metros quadrados onde serão construídos seis berços de atracação, sendo quatro na primeira fase.

A previsão é de que a primeira fase seja concluída em quatro anos. O movimento de cargas será de 7 milhões de toneladas de grãos por ano, 3 milhões de toneladas de fertilizantes anuais, 1,5 milhão de toneladas de carga geral por ano e 2,5 milhões de metros cúbicos de líquidos anuais. A CCCC estuda novos investimentos no Brasil, como participação em uma PPP de uma ponte no Nordeste e projetos ferroviários licitados pela União, informou Chang Yunbo, presidente da CCCC na América do Sul.

Yunbo afirmou que o país precisará trabalhar em projetos "greenfield" no setor de infraestrutura para reduzir os gargalos que limitam a competitividade da economia. Os investidores têm preferido ativos já operacionais em que o risco de não conclusão do empreendimento inexistente. Em projetos que terão de sair do zero, os governos precisariam adotar uma nova postura, segundo o executivo chinês, principalmente na área de transportes, seja com subsídios, seja com maior alocação de riscos no ente público. "Concessão não funciona sempre, há outros modelos que podem ser testados como Parcerias Público-Privadas, não se pode deixar o risco todo alocado no investidor como em alguns exemplos de ferrovias."

O presidente da CTG Brasil, Li Yinsheng, ressaltou que a empresa elegeu o país como uma de suas prioridades há três anos. "Os 200 milhões de consumidores criam demanda para o futuro, o que nos enseja otimismo, e os projetos 'greenfield' serão mais necessários", afirmou. Em energia, frisou que a regulação contribui com investimento, mas é necessário algum aperfeiçoamento, como resolução à exposição ao déficit hídrico de investidores no mercado livre.

Sempre que a geração das hidrelétricas, fator conhecido como GFS (Generation Scaling Factor), não corresponde a 100% do volume previsto pelo sistema elétrico em determinado mês, as usinas ficam expostas, o que tem ocorrido com frequência desde 2013. Esse problema trava mais de R\$ 8 bilhões em liquidação no mercado livre e é o mais judicializado assunto do setor elétrico. O governo federal tentou resolver o impasse em dois projetos de lei, concedendo extensão do prazo de concessão de usinas afetadas para compensar as perdas financeiras. Mas foi derrotado no Congresso.

Para o diretor de operações estruturadas e mercado de dívida do Santander, Sandro Marcondes, o ciclo do setor de infraestrutura tende a ser positivo nos próximos cinco a dez anos, com o governo federal buscando criar um fluxo estável de projetos que deverão ser licitados nas áreas de transportes e energia. "Esse fluxo estável irá atrair investidores, em paralelo há projetos greenfield em óleo e gás e energia elétrica que têm atraído empresas. O mercado de capitais e os bancos estão observando as oportunidades de financiamento", disse. Há também um desafio regulatório em alguns segmentos, como o de saneamento. Uma medida provisória com nova regulação sobre a área, que facilita o investimento privado, irá expirar nesse governo, mas poderá ser rediscutida no governo Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Suplemento - Brasil - China

Autor: Adriana Carvalho | Para o Valor, de São Paulo

Título: Investimento direto no mercado chinês é pequeno

Embora a China tenha o maior mercado do mundo, com 1,3 bilhão de consumidores potenciais, e seja considerada o segundo país mais atraente do mundo para multinacionais, atrás apenas dos Estados Unidos, os investimentos brasileiros no país asiático ainda são bastante limitados.

Nos últimos dez anos, o capital produtivo aplicado pelo Brasil na China cresceu nominalmente. Entre 2007 e 2017 passou de US\$ 110 milhões para US\$ 378

milhões, segundo dados do Banco Central. Em percentual, porém, não se moveu da marca de 0,1% do total de investimentos brasileiros diretos no exterior. Quando se comparam os mesmos US\$ 378 milhões com o total de US\$ 136 bilhões de investimentos estrangeiros recebidos pela China no ano passado, percebe-se que a participação do Brasil no montante é também bastante diminuta.

"Não há muitas empresas brasileiras na China, embora estejam presentes lá gigantes como Petrobras, Embraer e Vale. O que tem mais são escritórios de empresas que importam produtos da China. As empresas brasileiras andam descapitalizadas e capital é a condição que mais falta para aumentar a presença na China", avalia Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC).

Uma das exceções é a fabricante de motores, equipamentos eletrônicos e sistemas elétricos industriais Weg. Com faturamento global de R\$ 9,5 bilhões e fábricas em 12 países, a empresa criada em Santa Catarina está desde 2004 no país, onde tem quatro plantas. Os planos são de investir mais US\$ 25 milhões nos próximos anos. "Nossa principal motivação para estar na China é o tamanho do mercado e a proximidade com outros clientes na Ásia. É preciso ter em mente que a China tem um terço do mercado mundial para motores", afirma Siegfried Kreutzfeld, diretor da WEG China, cujas plantas nas cidades de Nantong, Rugao, Changzhou e Jintan somam 187,9 mil metros quadrados e empregam 2,3 mil funcionários.

Kreutzfeld diz que a China oferece ótima infraestrutura e uma cadeia de suprimentos que está entre as melhores do mundo, o que facilita os negócios. Os custos de operar no país são outro atrativo: ele estima que os gastos com mão de obra e tributos sejam 40% menores que no Brasil. "A grande desvantagem é que se trata do mercado mais competitivo do mundo. A velocidade de transformação é enorme e é preciso ser muito rápido em desenvolvimento. Quando se é competitivo na China, é mais fácil conquistar o resto do mundo", diz Kreutzfeld.

Outra multinacional de origem brasileira que aposta na China é a Embraco, fabricante de equipamentos de refrigeração presente em 80 países. "O relacionamento com a China começou há 30 anos, quando passamos a vender os produtos lá. O país é hoje a nossa segunda maior operação no exterior. Além de atender ao mercado local, a China é base para nossas exportações para outros países como Turquia, Coreia, Cingapura, Índia e países europeus", explica Luis Felipe Dau, presidente da empresa.

A Embraco abriu sua primeira fábrica de compressores no país em Pequim, em 1995. "Temos também desde 2003 uma planta em Qingdao, para fabricação e

comercialização de controles eletrônicos", diz Dau. Segundo ele, a empresa mantém acordos com universidades locais para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e pretende continuar investindo no país.

Com presença no mercado chinês desde 2001, a fabricante de ônibus Marcopolo é mais um exemplo de empresa brasileira que está ampliando os investimentos no país. A multinacional de origem gaúcha tem uma planta em Changzhou que até o ano passado tinha como objetivo principal a produção de componentes vendidos para empresas chinesas e também destinados a outras unidades da Marcopolo. Desde o início deste ano, a unidade passou a produzir carrocerias de ônibus para exportação através da Zona Especial de Exportação de Changzhou, o que demandou investimentos de mais de US\$ 2 milhões.

"Investimentos na China estão sempre no radar e a empresa estuda expandir a gama de produtos fabricados no país", diz o diretor de Estratégia e Negócios Internacionais, André Armaganijan. Com 24 mil metros quadrados de área, a planta tem capacidade de produzir 300 carrocerias por ano, trabalhando em um turno, mas pode ser dobrada dependendo da demanda. O destino das carrocerias são mercados da Ásia, África e Oriente Médio.

Segundo Armaganijan, entre as vantagens de investir na China estão a proximidade com mercados asiáticos, além dos "free trade agreements" que a China tem com outros importantes mercados, como a Austrália. "Mão de obra qualificada e eficiente é outro diferencial do país. A principal desvantagem é que, nos últimos anos houve um aumento considerável do custo operacional interno, o que se reflete diretamente na competitividade internacional dos produtos feitos na China", avalia o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Suplemento - Brasil - China

Autor: Roseli Loturco | Para o Valor, de São Paulo

Título: Vendas da Vale para a Ásia têm crescimento constante

A China tem sido o principal impulsionador da demanda global por minerais e metais nos últimos anos. Em 2017, o país foi responsável por 74% da demanda global por minério de ferro; por 55% do consumo global de níquel e por 48% do de cobre. A mineradora brasileira Vale é um de seus maiores fornecedores e participou com 17% do mercado chinês de minério de ferro - 197,24 milhões de toneladas - em 2017. "A Ásia representa 60% da receita líquida da Vale e os efeitos da dinâmica de gestão dos estoques onshore e offshore já refletem nas

margens Ebitda, líquida e principalmente no capital de giro", afirma Adeodato Volpi Netto, estrategista-chefe da Eleven Financial Research.

Netto atribui ao atual presidente da empresa - Fabio Schvartsman - e sua mudança de gestão a guinada bem-sucedida de seu desempenho. No terceiro trimestre deste ano, os resultados financeiros da Vale mostram recuperação de uma crise que para a mineradora durou até meados de 2016. A receita operacional líquida alcançou US\$ 9,54 bilhões, com aumento de 10,75% sobre o segundo trimestre, e o lucro líquido, de US\$ 2,05 bilhões, ficou 5,3% acima das expectativas do mercado para o trimestre. A empresa também reduziu em 50% a dívida líquida nos últimos 12 meses encerrados em setembro, saindo de US\$ 21,06 bilhões para US\$ 10,7 bilhões.

A China é o maior mercado da Vale no mundo: 57% de seu minério de ferro e de pelotas são vendidos para o país. Em 1970, quando as negociações começaram, o comércio entre os dois países era de dezenas de milhões de dólares. No ano passado, alcançou mais de US\$ 75 bilhões.

O país asiático é a principal referência e formador do preço das commodities metálicas no mundo, pois produz 50% do aço global. E, apesar de controverso em relação à falta de transparência nos dados financeiros apresentados pelo governo, a China tem grandes perspectivas: "Vejo ao menos mais uma década de crescimento robusto para a China. E isso é positivo para a Vale, que entendeu que tinha diferenciais para acessar aquele mercado e ser player relevante lá", afirma Netto. O minério de ferro mais puro, extraído da planta S11D, de Carajás, no Pará, é um dos pontos relevantes da companhia, diz Netto.

"Desde que a China passou a inovar, inclusive na indústria automobilística e aeronáutica, deixou de ser mercado com produtos de segunda linha para ter nichos de qualidade, o que abre espaço para a Vale crescer em outras frentes com o cobre, níquel e outras geradoras de receita", afirma.

Não há, porém, consenso entre os analistas de mercado em relação à Vale. Para a Mirae Asset Wealth Management, não houve mudança acentuada de uma administração para outra. "O Fabio continuou a administração boa, de expansão de Carajás de seu antecessor, o que é estratégia acertada. Teve que se endividar para girar o projeto do S11D, mas com o tempo foi diminuindo a dívida", afirma Pedro Galdi, analista-chefe da Mirae. Já a relação da mineradora com a China só melhorou a partir de Carajás. "A Vale mudou sua postura em relação à China com seu minério de ferro mais puro. Se diferencia da Austrália e de outros produtores porque o minério é de melhor qualidade", explica Galdi.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Suplemento - Brasil - China****Autor: Gleise de Castro | Para o Valor, de São Paulo****Título: Superávit comercial brasileiro deve atingir recorde neste ano**

O superávit comercial brasileiro com a China deve atingir novo recorde em 2018, encerrando o ano entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões, preveem analistas de comércio exterior. De janeiro a outubro de 2018, o saldo positivo com os chineses chegou a US\$ 23,4 bilhões, 24,4% acima do registrado em igual período do ano passado, influenciado em parte pela guerra comercial entre Estados Unidos e China. O valor é quase metade do superávit total da balança comercial brasileira nos primeiros dez meses de 2018, de US\$ 47,7 bilhões, e US\$ 3,24 bilhões acima do recorde alcançado em todo o ano de 2017, de US\$ 20,17 bilhões, segundo dados do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O superávit com a China vem registrando crescimentos consecutivos desde 2014, graças à expansão do consumo interno chinês. Entre janeiro e outubro, as exportações brasileiras para o país asiático somaram US\$ 53,25 bilhões, correspondentes a 26,7% do total exportado pelo Brasil no período. As importações atingiram US\$ 29,86 bilhões no período - 19,7% das compras externas brasileiras.

A disputa comercial entre Estados Unidos e China, que acirrou-se a partir de julho, com as sobretaxas dos Estados Unidos a produtos chineses, beneficiou o Brasil como mercado alternativo, movimento classificado como desvio de comércio. A duração desse efeito é incerta, pois depende da continuidade da guerra comercial. Mas, para alguns analistas, parte do resultado obtido pelo Brasil pode permanecer quando o conflito acabar.

Para Antonio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit/Unicamp), mesmo com uma reconfiguração mundial da demanda chinesa por soja e outras commodities, parcela razoável dessa nova demanda tende a permanecer no Brasil. "Talvez esse boom, num primeiro momento, possa ser desvio de comércio", diz Diegues. Mas, acrescenta, há um componente estrutural no aumento das vendas para a China. "Em 2017, quando as sobretaxas ainda não estavam em vigor, as exportações brasileiras de commodities para a China aumentaram em torno de 35%", afirma.

Entre janeiro e outubro, as vendas brasileiras de soja para a China subiram 27,2% em relação a igual período de 2017, atingindo US\$ 23,94 bilhões, enquanto as exportações de petróleo cresceram 84,2%, para US\$ 11,46 bilhões. As vendas de minério de ferro aumentaram 0,6%, para US\$ 8,84 bilhões. Cresceram também as exportações de carne bovina, com alta de 67,1% no período, para US\$ 1,2 bilhão, carne de frango, que aumentou 3,8%, para US\$ 668,76 milhões, e carne suína, com expansão de 229,9%, para US\$ 258,18 milhões. Entre os semimanufaturados, os embarques de celulose, somaram US\$ 2,86 bilhões (+39,2%).

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), prevê um superávit em torno de US\$ 30 bilhões neste ano. Mas em 2019, a seu ver, o Brasil tende a sentir reflexos negativos da disputa, que deve contrair o comércio mundial de commodities, por pressão do saldo americano excedente e consequente queda de preços.

Tatiana Rosito, sênior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e representante da Petrobras em Pequim, também estima superávit perto de US\$ 30 bilhões. Para ela, não há como prever quanto tempo vão durar as vantagens obtidas pelo país. "A médio e longo prazos, pode ser que uma parte se mantenha".

Já Welber Barral, sócio da Barral M Jorge Consultores e ex-secretário de comércio exterior, descarta essa possibilidade. "O que está acontecendo é desvio de comércio, diferente de criação de comércio, que é quando se exporta para um mercado novo", diz. Para ele, o superávit com a China deste ano não deve ultrapassar US\$ 25 bilhões, já que a soja, principal produto, entra agora na entressafra.

As vantagens do Brasil com a disputa são limitadas, dada a concentração da pauta de exportação em produtos básicos. Do total exportado para a China, 88,8% são commodities. Os principais produtos são soja, que representa 45% do total, petróleo (22%), e minério de ferro (17%). Já nas importações, 98% são produtos manufaturados, com maior valor agregado. "Há uma lista enorme de produtos que a China deixa de comprar dos Estados Unidos, mas não conseguimos exportar outros produtos para lá", diz Barral. Um exemplo seria o leite em pó, mas o Brasil não se beneficia dessa brecha porque, diz Barral, não tem preço, logística, certificação sanitária para a China, nem financiamento à exportação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Suplemento - Brasil - China****Autor: Gleise de Castro | De São Paulo****Título: Manufaturados compõem 98% das compras**

As importações brasileiras de produtos chineses concentram-se em manufaturados, que têm maior valor agregado do que as commodities, predominantes na pauta de exportação do Brasil para a China. Entre janeiro e outubro, as importações brasileiras do país asiático somaram US\$ 29,86 bilhões, 32,1% a mais que no mesmo período de 2017. Do total, 98% são produtos manufaturados.

As razões são estruturais da própria indústria brasileira, que não consegue competir em preço e qualidade nos mercados local e internacional. A China, com bons produtos e preço baixo, é o principal fornecedor de máquinas, equipamentos e produtos eletroeletrônicos para o Brasil, que depende de investimentos nesses itens para sustentar sua recuperação econômica. Entre os produtos que o país importa dos chineses estão plataformas de petróleo e dragas, que somaram US\$ 3,69 bilhões de janeiro a outubro, equivalentes a 12% do total importado. O restante consiste em um extenso e variado conjunto de itens como motores, geradores, partes para telefonia, circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos.

"Nosso déficit comercial com a China nos produtos manufaturados reflete as debilidades da nossa estrutura produtiva", diz Antonio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit/Unicamp). Desde os anos 1980, explica, a indústria brasileira passa por um processo de regressão e concentração em produtos de menor valor agregado e tem dificuldade de investir na melhoria de sua produtividade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/12/2018****Seção: Suplemento - Brasil - China****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Energia e minério concentram aportes**

Entre 2003 e junho de 2018, as empresas chinesas investiram cerca de US\$ 55 bilhões no Brasil, sendo que 85% desse montante se refere a projetos já

operacionais ("brownfield") e cerca de US\$ 6 bilhões em empreendimentos a serem construídos ("greenfield"). A maior parte foi realizada por empresas de capital público, como Wisco, China Three Gorges e State Grid.

Com US\$ 46,4 bilhões, geração e transmissão de energia elétrica, extração de minerais, de petróleo e de gás lideram o foco dos investidores no Brasil, segundo dados do Ministério do Planejamento. Apenas o setor elétrico atraiu mais de US\$ 25 bilhões em recursos.

A principal aquisição pelos chineses foi concretizada pela State Grid, que desembolsou cerca de US\$ 3,5 bilhões pelo controle da CPFL Energia, valor que poderá subir em razão de oferta a acionistas minoritários do braço de energia renovável do grupo.

O interesse na área de infraestrutura brasileira continua. Duas construtoras chinesas analisam oportunidades no segmento, observando empreiteiras médias em um momento em que a Operação Lava-Jato reduziu o poder de fogo das grandes construtoras brasileiras. As empresas já atuam na América Latina, informa Larissa Wachholz, sócia da Vallya, que tem assessorado diversas negociações. Larissa, que morou por cinco anos na China, diz que o interesse do país asiático pelo setor de energia é impulsionado pelos abundantes recursos naturais do Brasil e pela semelhança do tamanho territorial entre os dois países, ambos demandam investimentos em grandes hidrelétricas e milhares de quilômetros de linhas de transmissão.

Em um momento de disputa comercial entre China e EUA (apesar da trégua anunciada domingo, na reunião do G-20 em Buenos Aires), os chineses poderão firmar ainda mais o pé em setores estratégicos, como óleo e gás, em que os americanos passaram a ter uma posição diferenciada a partir da exploração de recursos não convencionais, e os chineses têm demanda alta pela urbanização crescente. "O pré-sal tem gás associado ao óleo e isso cria oportunidades para os chineses", destaca.

Ela aponta que os investimentos chineses têm se diversificado: primeiro, há mais procura por projetos pré-operacionais; segundo, o mercado consumidor de 200 milhões de consumidores e a baixa penetração de internet criam oportunidades para empresas além do setor de infraestrutura, carro-chefe do interesse dos asiáticos no Brasil. Neste ano, a gigante da área de construção, CCCC, lançou a pedra fundamental do porto São Luís, no Maranhão. "Temos interesse na área de transportes no Brasil, diz Chang Yunbo, presidente da CCCC.

A obra terá como uma das parceiras a Concremat, cujo controle tinha sido adquirido em 2016 pela CCCC. "Outros empreendimentos 'greenfield'

interessam, como a Ferrogrão, que será importante via de escoamento de grãos no Cerrado", diz Larissa. A ferrovia, que ligará por trilhos os municípios de Sinop (MT) ao Porto de Miritituba (PA) e poderá envolver R\$ 12 bilhões em recursos, poderá ser licitada em 2019.

O investimento da CCCC no setor portuário não foi isolado e mostra que os chineses estão olhando além do setor de energia. Segundo maior porto do Brasil, Paranaguá receberá uma série de novos investimentos que deverão consolidar o terminal como principal porta de entrada no país da nova geração de super navios que deverão ganhar os oceanos nos próximos anos.

A movimentação de contêineres deverá ser reforçada com os investimentos que o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) está realizando, em contrapartida à renovação antecipada do arrendamento por mais 25 anos a partir de 2024. Serão investidos R\$ 550 milhões até o terceiro trimestre de 2019 para ampliar a capacidade de movimentação de 1,5 milhão de Teus (contêiner de 20 pés) por ano para 2,5 milhões de Teus. Hoje metade das cargas no TCP é de importação e metade de exportação. Cerca de um entre quatro contêineres movimentados no país pelos terminais é de origem chinesa.

O grupo chinês China Merchants Ports, maior operador de portos do mundo, anunciou no fim do ano passado a compra de 90% do Terminal de Contêineres de Paranaguá por R\$ 2,9 bilhões. Os chineses movimentam no mundo 100 milhões de contêineres em um ano, dez vezes mais que todas as empresas no Brasil.

Além da infraestrutura, os chineses investem em consumo e tecnologia. "O mercado tem muito potencial, a Alibaba já anunciou seu interesse no Brasil e vários movimentos recentes de outras empresas apontam que investimentos deverão vir nessa nova fronteira", observa Larissa. Em outubro, a fintech de cartões de crédito Nubank anunciou ter recebido investimento de US\$ 90 milhões da chinesa Tencent. No início do ano, a DiDi Chuxing, dona da maior plataforma móvel de transporte do mundo e principal rival do Uber, fechou a compra da brasileira 99, dos aplicativos de transporte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/12/2018

Seção: Suplemento - Brasil - China

Autor: Roseli Loturco | Para o Valor, de São Paulo

Título: Reformas podem impulsionar investimentos

Os investimentos diretos da China no Brasil somaram US\$ 55,4 bilhões de 2013 para cá. Mas as cifras, que vinham em trajetória de alta nos últimos anos, batendo em US\$ 10,8 bilhões em 2017, caíram muito em 2018. Até setembro, empresários chineses não desembolsaram mais do que US\$ 1,4 bilhão em operações de fusões, aquisições e concessões, segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Os setores predominantes foram energia, óleo e gás, educação, papel e celulose, tecnologia, serviços financeiros, saneamento e e-commerce.

A expectativa é de que com a posse do novo governo, em janeiro, o fluxo de negociações volte a aumentar. Especialmente em áreas como as de infraestrutura, energia e transportes. "As demandas da China se situam nas áreas nas quais o Brasil é competitivo e tem oferta elevadas, como agricultura, minérios e energia. Temos condições de ampliar ainda mais a nossa oferta", avalia o embaixador Roberto Jaguaribe, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). A agência opera para viabilizar os interesses mútuos de empresas brasileiras exportadoras e para ampliar os investimentos diretos nos dois países.

Uma das ações para ampliar as relações comerciais entre os dois países aconteceu no início de novembro, quando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com a Apex, levou 120 empresas brasileiras para participar da China Internacional Import Expo, em Xangai - 75% das empresas eram de alimentos processados como café, bolachas, mel e sucos de frutas especiais.

"Hoje há poucas empresas brasileiras produzindo ônibus, calçados e compressores na China. Queremos ampliar nossa presença não só como exportadores. Mas também com investimento direto", afirma Thomaz Zanotto, diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp. Não há dados oficiais de investimentos de empresas brasileiras na China, mas o governo diz estar organizando um estudo geral para mapear este fluxo de investimentos.

Já no contrafluxo, o executivo explica que as constantes turbulências econômicas e políticas do Brasil esfriaram um pouco o interesse da China este ano. "Se o novo governo fizer as reformas, não só os chineses como outros países virão para cá. Os chineses têm forte interesse no setor de infraestrutura e têm expertise em ferrovias", afirma Zanotto.

MME / ASCOM .